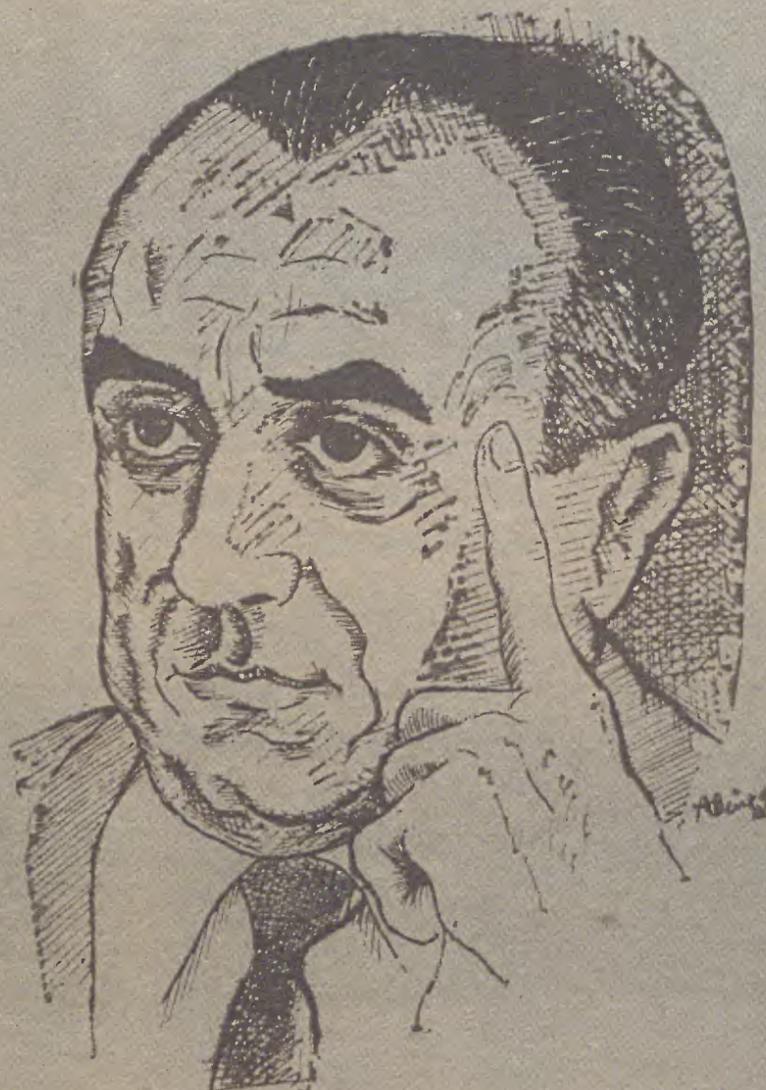


POLITIKA

RIO, DE 11 DE MARÇO A 17 DE MARÇO DE 1974

ANO III - NÚMERO 119 - Cr\$ 3,00

A QUE VEM ARMANDO FALCÃO



**CÉLIO
BORJA**

**GILBERTO
PAIM**

**SANTANA
JÚNIOR**

**SÉRGIO
RICARDO**

UM jornal carioca publicou declarações do governador Pedro Neiva, que praticamente queimaram a candidatura do senador Alexandre Costa ao governo do Maranhão. Teria dito Pedro Neiva que considera Alexandre Costa muito temperamental, explosivo, e que, além do mais, lhe faltam outras qualidades para governar o Maranhão. Pedro Neiva garante que não encontrou nenhum jornalista e que não fez nenhuma declaração política, nos últimos meses. Para nós, declarou: "Não sou a favor, nem contra esta ou aquela candidatura. Nunca fui político e não seria agora, aos 67 anos de idade, que iria começar essa carreira". Argumentamos: "Mas, governador, todo mundo sente que o senhor, intimamente, não apóia a candidatura do Alexandre Costa. Logo as declarações atribuídas ao senhor são verossímeis".

— Não. Eu não declarei nada. Aquele não é, inclusive, o meu estilo. Você me conhece e sabe que, nessas ocasiões, eu só falo por metáforas.

— Então, por que o senhor não desmente?

— Porque nunca vi desmentido a jornal dar certo.

— Se o senhor não desmente, a informação passa a correr como um dado novo do problema sucessório maranhense.

— Mas esse dado não foi dado, foi arrancado e sem meu conhecimento.

Desistência

O EX e futuro ministro Armando Falcão tentou, nas eleições de 1970, armar a Arena carioca de uma chapa à Câmara Federal verdadeiramente forte. No seu esquema, seriam candidatos: ele próprio, Roberto Campos, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, Raymundo Brito e outros,

todos ex-ministros. O grupo chegou a aprovar a idéia mas, na última hora, cada um arranjou um pretexto para não se apresentar candidato. Por fim, o próprio Armando Falcão desistiu da idéia: "Sozinho, eu também não entro". Mas estava disposto a entrar agora, se não tivesse sido convocado por Geisel.

Renúncia

O CORONEL Câmara Senna, que vem realizando trabalho de profundidade na SUDAM, não vai esperar o novo governo para se demitir. Pretende já no próximo dia 14 passar o cargo para seu auxiliar mais graduado e viajar com a família para São Paulo. Pretende trabalhar numa empresa privada, mas faz uma exigência: "Que não tenha nem venha a ter nenhum projeto de incentivos fiscais na Amazônia".

Renovação

COM a indicação de Célio Borja para a liderança do governo, na Câmara, iniciou-se, efetivamente, a mudança do quadro de apoio do sistema na área política. Essa mudança era previsível e necessária. Um ponto, entretanto, não está encaixando. Supunha-se que Petrônio Portella seria mantido (como, de fato, o foi) na presidência do partido até o fim de seu mandato, em 1975, quando também seria substituído. A sua confirmação na presidência da Arena seria apenas a explicitação da unidade de comando entre o governo que sai e o que entra.

Mas além de Petrônio ser confirmado na presidência do partido, foi também confirmado na liderança do governo (Geisel) no Senado. Isto significa que Petrônio, efetivamente, caiu nas graças do General Ernesto Geisel. Do contrário não se explica a acumulação de duas funções importantes, uma das quais (a liderança no Senado) em tempo de renovação.

Liderança

A POSIÇÃO do ministro Jarbas Passarinho é o que se pode chamar "de tranquilidade incômoda". Como líder popular autêntico, ele terá sua reeleição tranquila, para o Senado, onde torçosamente se projetará como uma das maiores figuras da Casa. Mas, no Pará, reina a maior expectativa quanto ao relacionamento de Passarinho com o futuro governo federal. O próprio Passarinho chegou a admitir, num determinado momento, o seu afastamento da política com a sua nomeação (garantida) para o Tribunal de Contas da União. Mas não resistiu ao clima de desafio que se armara em Belém e anunciou, pela "Província do Pará", sua candidatura ao Senado. Aliás, não foi esta a primeira vez que Jarbas Passarinho ameaçou largar a política. No começo de 1972, fortes pressões afastaram o seu sobrinho da Chefia da Casa Civil do governo do Estado ao mesmo tempo que toda a diretoria do BASA, composta de gente de sua confiança, era substituída por gente da confiança do Delfim. Na ocasião, Passarinho escreveu longa carta ao jornalista Hélio Fernandes dizendo que "se dependesse dele" o seu futuro político coincidiria e se encerraria com o presente. O presente, contudo, é como a linha do horizonte: desloca-se sempre para longe do observador.

Retorno

O PSD retorna à cena política com uma surpreendente vitalidade. Pelo lado do governo é Armando Falcão, o mais típico líder parlamentar pessedista, que reassume o Ministério da Justiça. Pelo lado do MDB, é o Almirante Amaral Peixoto que concorda, finalmente, em assumir a liderança do partido no Senado. Até agora as grandes figuras do velho PSD tinham preferido ficar na sombra, seja por não aceitarem o tipo de oposição radical que o MDB reclamava, seja por entenderem que não havia clima para um diálogo produtivo. Se Amaral Peixoto aquiesceu em voltar, é bom sinal.

Respeito

O EX-PRESIDENTE Castello Branco sempre dispensou grande consideração ao Almirante Amaral Peixoto. Depois da Revolução, Amaral Peixoto foi um dos poucos homens públicos de oposição que o presidente Castello Branco consultou. Trata-se, na verdade, de uma das mais respeitáveis vocações políticas que este país já produziu. Governador muitos anos do Estado do Rio, genro de um ditador todo poderoso, Amaral Peixoto — quantos podem ostentar esta recomendação? — saiu pobre do poder, para comandar a mais extraordinária geração de grandes políticos que a República conheceu.

ARMANDO FALCÃO:

AS VELHAS E AS

NOVAS CIRCUNSTÂNCIAS

Sócrates: — Muito te agradeço, Teodoro, por me haveres apresentado Teeteto e o estrangeiro!

Teodoro: — Pois em breve, Sócrates, haverás de dever-me uma gratidão três vezes maior, ao completarem eles o retrato do político... (Platão — POLÍTICO)

O velho Wiener dizia que "viver efetivamente é viver com a informação adequada". Para o político esta é uma verdade fatal, que se completa com outra, bastante irônica, formulada num instante de alta gozação e lucidez pelo filósofo Alfred North Whitehead: "Não há maior tragédia para o espírito do que uma hipótese contrariada pelos fatos". Sob este aspecto, Armando Falcão é cuidadoso e, até certo ponto, surpreendente. Vivendo de seu cartório (que JK lhe deu) e operando num meio eminentemente político e militar é impossível adivinhar como ele se tornou íntimo dos economistas que operaram, a partir de 1964, o chamado "milagre brasileiro". No entanto, ele o é. E uma de suas jogadas, de que ele próprio se orgulha, foi ter convencido o Ernane Galvêas a comprar um imenso apartamento (agora vendido a Francisco Mello Franco) no edifício Caparaó, onde o Armando Falcão mora. Tornou-se, assim, vizinho e condômino da ciência econômica oficial. Quando lhe contei este lance do Falcão, Sebastião Nery, a meu lado, exclamou: "É um herói da raça".

Um dia eu lhe pedi que escrevesse as suas memórias, para publicação, em capítulos, no Politika. "Você está doído? Se eu escrever minhas memórias, agora, vão pensar que eu já me considero aposentado". Isto foi em

1971. E, de fato, este homem viveu, nestes anos todos, uma atividade política intensíssima. Durante a crise de 1968 ele tentou alertar os seus ex-colegas do PSD para as nuvens densas que se aproximavam. Viajou pelo Brasil inteiro fazendo campanha de moderação e equilíbrio. Quase foi espancado em Mato Grosso.

De Armando Falcão há um episódio que a História um dia recolherá como exemplo de seu instinto premonitório. Em 1959, advertido o governo por um relatório do General Honorato Pradel, então comandante do IV Exército, Armando Falcão pretendeu fechar as Ligas Camponesas no peito e na raça. Mas 1959 era um ano eleitoral e Armando Falcão não conseguiu, do governo da época, o apoio necessário para essa medida de força. De um modo geral, pode-se dizer que um movimento revolucionário, como o de 1964, é sempre o resultado de muitas omissões. No caso das Ligas Camponesas houve a omissão secular do governo em relação ao aproveitamento social das terras em Pernambuco, especialmente na Zona da Mata. Depois houve omissão (e participação) eleitoral no caso da atuação de Francisco Julião — uma atuação de tal maneira insólita que apanhou de surpresa o próprio partido comunista, até então incapaz de levar sua mensagem ao campo.

Naqueles dias, Julião era um simples exotismo de campanha. Não exatamente para Armando Falcão. É possível que a longa convivência com o general Lott e a própria experiência no Ministério da Justiça, no momento em que a deflagração do desenvolvimentismo começou a abalar as estruturas de poder locais, tenham dado a Armando Falcão uma visão diferente das margens do equilíbrio da atividade política. Ele sempre frequentou, simultaneamente, os comícios e os quartéis. Como que medindo, por instinto de defesa, a pressão popular e a resistência dos esquemas de segurança. A história política recente mostra que esta foi a melhor fórmula de sobrevivência. Pelo menos, a melhor maneira de se manter bem informado.

O FARO

Em fins de 1971, como durante todo o ano de 1972, era praticamente impossível vislumbrar um candidato à presidência da República. Médici estava no apogeu de seu prestígio popular. E, em volta dele, tudo era planície. Joguei o tema para o Armando Falcão. "Você já pensou no general Ernesto Geisel?", indagou Falcão. "Já", respondi, "mas não vejo condições. Se o Orlando, antes, não quis, por que o Ernesto vai querer, agora?" Então, o Armando Falcão me pediu que quando me referisse ao general Geisel arrumasse um jeito de divulgar

SISTEMA PARECE DISPOSTO A SAIR DA DEFENSIVA PARA A OFENSIVA POLÍTICA

a opinião que o presidente Castello Branco tinha do Chefe de sua Casa Militar Castelo teria dito, um dia, a Armando Falcão, referindo-se ao general Ernesto Geisel: **"Nunca lhe confiei uma missão que ele não cumprisse, e com brilho"**. E o Armando Falcão concluiu: "Olha Oliveira, o Castello não era homem de elogio fácil".

O CONSELHEIRO

A indicação de Flávio Marcílio para presidir a Câmara dos Deputados, anunciada em dezembro de 1972, gerou enormes frustrações na área política. Tinha-se como certo que Aureliano Chaves ou Eitelvino Lins mereceriam a preferência do governo. Do Ceará, ninguém sabe como, começaram a chegar documentos comprometedores contra Flávio Marcílio, acionados por inimigos do deputado. O jornal "O Estado de São Paulo" abriu suas baterias contra Flávio, numa campanha destinada a **queimar** o escolhido pelo presidente Flávio Marcílio, que descansava no Ceará, correu para o Rio de Janeiro e a primeira pessoa que procurou foi Armando Falcão. Este foi recebê-lo no aeroporto e vieram conversando no carro. Quando chegou no Hotel Plaza Copacabana, onde se hospeda, Marcílio já estava aliviado. Armando Falcão lhe dera um conselho: "Não ligue para essas notícias. Não responda. Para desmoralizar você, eles terão primeiro que desmoralizar o presidente da República, que anunciou a sua escolha. Fique quieto". De fato, poucos dias depois "O Estadão" calou suas baterias. Flávio Marcílio tomou posse. E, hoje, é até um dos ídolos do jornal dos Mesquitas.

O HOMEM

É meu vizinho, na Praia de Botafogo. E frequentamos o mesmo jornaleiro, o Jarbas. Essas coisas, vocês sabem, criam intimidades inesperadas. Falcão é desses homens que lêem tudo o que se publica, no país. Logicamente, demora-se na banca de jornais. De certa feita eu desci para apanhar o meu exemplar da "Tribuna" e ele estava lá. Efusivos protestos de estima e admiração. E, à medida que ia escolhendo jornais e revistas para ele, ia fazendo um outro monte, com as mesmas publicações. E forçando a minha opinião sobre coisas que ele — eu tinha certeza — sabia melhor do que eu. Ao fim de algum tempo, pagou ao jornaleiro e me estendeu o monte de publicações: "Tome, é seu".

Quis protestar. "Não, isso não é justo; além do mais, você vai me obrigar a ler coisas insuportáveis". Mas ele já tinha pago e eu não quis desafiar o Jarbas.

Nestes anos de aparente marginalização política, frequentei-o com moderação. Ao lançar o POLITIKA, estive com ele várias vezes e quis mesmo fazê-lo um dos consultores permanentes do jornal. Tinha um argumento precioso: "Você, Falcão, é uma espécie de museu da imagem e do som da política brasileira. E nós estamos interessados em fazer ou refazer o processo de todos os equívocos que levaram o país ao beco de 1964". Ele colocou o seu arquivo à minha disposição. Chegou a mostrar-me pastas e mais pastas, que eu nunca consultei. Revelou-me alguns episódios que esclareceram certos lances, para mim ainda obscuros, do passado político recente, como aquele em que as conveniências político-eleitorais da ocasião impediram que as "Ligas Camponesas" fossem fechadas ainda em 1959 como recomendavam as autoridades militares do IV Exército.

Hoje, esse lance de dados volta à sua plena atualidade. Não pelo que descreve da atitude de Cid, de Juscelino e de Lott, mas pelo que esclarece a respeito do comportamento de Armando Falcão como Ministro da Justiça.

Dele pode-se dizer tudo, menos que seja um amador em política. Na verdade, trata-se de um dos mais consumados profissionais que já passaram pela cena política do país, com uma intuição admirável do que seja "o inimigo" e com uma completa semcerimônia para anulá-lo. Como ministro de Juscelino tirou o microfone e as câmeras de televisão de Lacerda e de Amaral Neto e conseguiu, com esse simples gesto, fazer baixar o nível de fervura do caldeirão político brasileiro, naquela hora. Se lhe dessem cobertura suficiente, teria mesmo fechado as Ligas Camponesas, no seu embrião. Porque faz parte de seu temperamento e de sua ciência política não dar campo para o adversário jogar, mas também não considerar a assistência e os bandeirinhas como "inimigos" a combater. Falcão precisa da assistência e se consegue, nunca abandona a cumplicidade do juiz e dos bandeirinhas: um gol mesmo em impedimento visível, acrescenta pontos para o seu time e isto é o que vale na conquista final do campeonato. Armando Falcão é um Nicolau das caatingas. Aceita a emboscada como



O respaldo de Armando Falcão

método legítimo de defesa, mas não se esquece de ir ao arraial e arrematar, para fazer boa figura, o leitão da santa. O velho Niccolau aprovaria o seu estilo: Falcão sabe que o Poder é uma conquista diária, e que é tão importante a sua conquista quanto a sua preservação.

Tenho por ele uma certa mas aprovada admiração. Porque sei do que ele é capaz. Como vizinho, entretanto, sou obrigado a dar dois testemunhos de sua capacidade de humanização. O primeiro diz respeito à família, que nunca vi, pelo menos nessa faixa de renda, tão numerosa e, ao mesmo tempo, tão disciplinada, tão harmoniosa. São uns seis ou oito filhos, todos esplêndidos, que constituirão severa advertência aos técnicos da área econômica que forçosamente levantarão a necessidade de uma atitude oficial objetiva a respeito do controle demográfico.

Outra coisa que me agrada no Armando Falcão é a sua paixão pela velha fazenda em que nasceu, no Ceará. Fazenda, todo mundo sabe, é coisa que não dá lucro, mas apascenta o espírito. Neste particular (como em outros tantos), Armando Falcão é inflexível: obriga a família toda a passar as férias, na Fazenda. Como são muitas pessoas, ele sai da Praia de Botafogo em caravana, três chevroléts "Veraneio", que não há dinheiro suficiente para levar todo mundo de



ELE É UM VERDADEIRO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DA POLÍTICA BRASILEIRA.

avião. Em compensação leva empregada, passarinho, espingardas, um gato de estimação. Como um retirante às avessas, ele abandona sua roça política no Rio e vai se aplicar, lá no Ceará, na construção de um patriarcado rural livre de qualquer poluição contestatória.

Como seu vizinho de muitos anos, tenho autoridade para dizer: "Não brinquem com esse homem",

O PROBLEMA

Não há nada mais perigoso, na conjuntura brasileira, do que a criação de falsas expectativas de "abertura" política. Na tese que defendeu no Congresso Nacional, ano passado, o cientista político Wanderley Guilherme aponta para as dificuldades de uma estratégia de descompressão política. Para ele, o grande risco de um movimento nesse sentido é uma passada em falso, isto é, uma medida liberalizante cujos efeitos não sejam absorvidos pelo regime. Por isso recomenda ele uma estratégia gradualista, lenta como a do combate à inflação, em que cada etapa fosse testada fundamentamente e só desse passagem à etapa seguinte depois de provada a sua compatibilidade com o sistema. Porque, diz ele, qualquer tentativa de colocar papéis cuja manipulação fuja ao controle do sistema pode gerar insegurança e provocar um movimento contrário, de recompressão. Foi assim em 1965, quando a eleição direta de governadores se transformou na ameaça (ilusória, embora) de uma revanche pelo voto. Foi assim também em 1968 quando uma derrota do Executivo no Congresso parecia ter aberto o caminho para todas as contestações políticas. Reconheço que, neste momento, o sistema se vê diante de um desafio profundo. É preciso alargar as bases de sua sustentação, que não podem ser, como diz bem o general Cordeiro de Farias, apenas militares. Tomemos um exemplo no campo econômico. De 1964 para cá parece assentado que o sistema se legitima pela sua própria eficiência. A Revolução tirou, de fato, a economia brasileira do caos e lhe deu consistência e ímpeto de crescimento. Se não é um milagre, é um sucesso internacional. Mas o Brasil, reconheçamos, tem sido beneficiado por um processo de remanejamento do comércio e das

finanças internacionais. Embora o processo não dê mostras de um esgotamento a curto prazo, é quase certo que o próprio ritmo de crescimento e de expansão da nossa economia nos avizinhará de áreas de competição crítica, não sendo estranho a ninguém as primeiras suspeitas que já começamos a provocar (à nossa revelia) em países do continente. A crise de petróleo, que afinal se transformará numa crise de preço e não de abastecimento, forçosamente exigirá de muitos países (não será ainda o nosso caso) um reexame de suas políticas internas. O caso da Inglaterra é típico: a economia inglesa não tem condições para sancionar novos aumentos salariais, mas a base trabalhista do sistema inglês não pretende abrir mão do alto padrão de vida a que chegou. A crise, essencialmente econômica, projeta-se sobre a estrutura política com um grau de intensidade que chega a colocar em debate o problema da lealdade ao próprio sistema: os conservadores achando que os trabalhistas estão infiltrados de comunistas e os trabalhistas acusando o partido conservador de estar preparando o terreno para um golpe de Estado. O problema da lealdade a um sistema (qualquer sistema) é muito diferente num país em rápido crescimento econômico, de um país submetido a crises econômicas estruturais. Cuba continuará sendo um Estado policial enquanto o sistema não der mostras de eficiência. E o mais liberal de todos os regimes, o da Inglaterra, pode chegar a contemplar o estado de sítio como uma alternativa para forçar lealdades.

O Brasil, evidentemente, não tem, agora, esses problemas. O sistema se expande a taxas esplêndidas, ampliando e sofisticando a oferta de empregos, como testemunha o crescimento do F.G.T.S. Cada pretensão responsável pelo sistema pode encher o peito de orgulho e proclamar: "Nós provamos que o que faltava ao Brasil era vergonha e honestidade". Eu próprio já ouvi essa frase de um dos pró-homens do sistema.

De fato, a Revolução operou um milagre no Brasil, o milagre de dotar o país de um sistema coerente de tomada de decisões. Um sistema de poder, enfim. A grande crise anterior a 64 era consequência da invasão do Poder por forças antagônicas e inconciliáveis o que levou o país a um imobilismo perigoso na área de decisões: não se podia fazer a reforma cambial

porque as pressões eram violentas, não se podia fazer a reforma agrária porque as pressões eram violentas, não se podia conter os salários porque as pressões eram violentas. O Poder não podia mais. Onde deveria ser o Poder havia apenas o caos.

Dotado o país de um verdadeiro sistema de Poder, as coisas começaram a correr favoravelmente. E neste sentido é justo dizer-se que faltava vergonha e responsabilidade, não aos homens, mas ao próprio Poder.

O problema crucial, do ponto de vista político, é a base de sustentação dessa estrutura de Poder. Homens como o general Cordeiro de Farias acham que é necessário aproveitar a maré de eficiência e de boas taxas de desenvolvimento para provocar lealdades espontâneas e não apenas disciplinares ou interesseiras ao sistema. Isto pressupõe um alargamento da faixa de participação. Uma predisposição para o diálogo.

A palavra **abertura** debruça-se sobre um contexto semântico perigoso. O senador José Sarney, com sua sensibilidade para as susceptibilidades oficiais, pretendeu descartar a palavra **abertura** do debate político brasileiro. Não se trata, diz ele, de abrir as portas, nem de abrir as pernas. Quem abre portas que estiveram trancadas corre o perigo de ter a casa invadida por gente indesejável. O que é necessário é a **expansão** do sistema. Isto é, sem perder as suas características, a sua força, o seu esquema de segurança, o sistema deve habilitar-se a conquistar áreas que não estão identificadas com a sua filosofia e os seus objetivos.

É esta, creio eu, a tarefa que o governo do general Ernesto Geisel se propõe. É esta, pelo menos, a explicação que encontro para a convocação de um homem como Armando Falcão. Sua frase: "Não se espantem se eu descer de pára-quedas na retaguarda do inimigo", é sintomática. Sim, porque Armando Falcão é suficientemente corajoso para ir à retaguarda do "inimigo" em missão de paz e suficientemente prevenido para, em não sendo bem recebido, fazer explodir essa retaguarda.

Ou muito me engano ou o sistema vai sair da defensiva para a ofensiva, em matéria de comportamento político. O verdadeiro milagre brasileiro poderá estar no caminho dessa decisão.

O poder legislativo e a realidade nacional

- S leitores de "POLITIKA" não podem dizer que se surpreenderam com a escolha de Célio Borja para a liderança do governo, na Câmara. Há dois anos seguidos, ele vem sendo escolhido, por este semanário, como o mais sério, o mais culto e o mais produtivo deputado da Arena carioca. Não é, evidentemente, homem de plenário, pelo menos do plenário que subsiste.
- TRABALHO que hoje divulgamos foi escrito por Célio Borja em abril do ano passado e é constituído por uma série de anotações para uma conferência sobre os caminhos a seguir para uma reabilitação do Congresso, como Poder e como Instituição política. Na qualidade de líder da Maioria, Célio Borja está agora em condições de trilhar esses caminhos. Pelo menos, de tentar.

I - A Instituição Parlamentar

Confunde-se, na linguagem corrente, o Congresso Nacional — instituição do governo representativo brasileiro — e o poder legislativo, função política que, nos séculos 19 e 20, tem sido a sua principal atribuição constitucional.

A instituição parlamentar é criação da história dos povos indo-europeus. Nas cidades gregas na Roma monárquica, na republicana e na imperial, bem como na Idade Média germânica o governo não é exercido por uma única instituição, mas por várias, e entre elas se encontra, sempre, uma que fala e age por cometimento e inspiração do povo organizado em tribus, como nos **Comitia** romanos ou concebido como uma unidade indivisível, como na **Eclesia** grega.

O Direito público contemporâneo afirma que as funções exercidas pela instituição parlamentar — chama-se ela Congresso, como nos EUA e no Brasil, Parlamento, como na Inglaterra, Dieta, como no Japão — variam de acordo com os sistemas de governo, que se classificam em parlamentar, presidencial ou de Assembleia.

Neste último — Governo de Assembleia — deferem-se ao Parlamento todas as funções do Estado: a de legislar, a de julgar e a de administrar. Exemplo conspicuo temo-lo na Consti-

tuição da Turquia e na da União Soviética.

Já no sistema parlamentar, modelado segundo a doutrina inglesa do **Rei no Parlamento**, a Câmara popular tem como principal missão a de contribuir para a formação do governo, que deve ser constituído de acordo com a maioria dos seus membros, controlando, ainda, a atividade governamental, através das interpelações e do pedido de informações. Sujeita-se o governo à demissão, quando decaia da confiança da maioria a que deve a sua investidura.

No sistema parlamentar inglês, a legislação é, em geral, iniciada pelo Gabinete, que conta, ordinariamente, com o respaldo da maioria.

E a segunda Câmara tem, além de função revisora das leis, a de servir como órgão quasijudicante, pois nela têm assento temporário os juizes dos mais altos tribunais do País, juntamente com os pares do Reino, tirados da aristocracia hereditária, e os bispos e arcebispos ingleses.

II - A Presença do Parlamento na História Nacional

Quando, no Portugal medieval vi-

lhos, o povo nos seus Estados — era com o bater dos punhos no broquel das espadas que os estamentos do Reino — reunidos em Corte — respondiam as questões formuladas pela Nação, na presença do seu Soberano, (Antônio Sardinha, in **Prefácio à História e Teoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrarão**, Lisboa, 1827).

A imagem primeira que guardamos da mais antiga e mais venerável das instituições nacionais é, assim, a de uma assembleia que reúne o Rei e a Nação, representada pelas suas elites. E sabemos, ainda, que essa Assembleia não somente legislava, como também julgava e, por vezes, determinava providências de índole e natureza administrativas.

Foi, certamente, nesse quadro que THIERS inspirou-se para formular a máxima "Le Roi régne et la Nation se gouverne".

O sistema parlamentar dos nossos dias é o desdobramento natural e historicamente coerente das linhas de força da monarquia, a qual se deve a unidade nacional dos Estados europeus e a qual devemos nós, brasileiros, o domínio que exercemos sobre a vastidão continental de nossa terra.

A - A Experiência Brasileira

O sistema das relações do Poder Legislativo com o Executivo tem va-

NÃO DESAPARECEU A INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR BRASILEIRA, AINDA QUE BATIDA POR TANTAS ADVERSIDADES, PORQUE TEM A SUSTENTÁ-LA A FORÇA DA HISTÓRIA.

riado no Brasil: na Regência, praticamos o Governo de Assembleia a qual era, então, todo-poderosa; no Segundo Reinado, sobretudo após a criação da Presidência do Conselho de Ministros pelo Decreto Alves Branco de 1847, pode dizer-se que praticamos o sistema parlamentar, de acordo com as praxes e os estilos adotados, na época, pelos Estados Europeus. Com a particularidade, porém, da existência de um Poder Moderador confiado privativamente ao Chefe do Estado que estava acima dos partidos e, soberanamente, velava pela supremacia e intangibilidade da Constituição e pela preservação dos interesses permanentes da Nação.

Ao adotarmos, com a República, o presidencialismo, que é fruto das peculiaridades da história americana, rompemos com a nossa tradição e separamos física e politicamente o Presidente — que é um Rei eletivo e **pro tempore** — dos representantes da Nação, a pretexto de que, assim, melhor se resguardava a liberdade dos cidadãos.

Mas, com a rígida separação de poderes, característica do presidencialismo, entrou no organismo do Estado brasileiro o germe da emulação entre as suas instituições governamentais; criaram-se áreas de silêncio e incompreensão, artificializou-se a comunicação entre elas, de sorte que a colaboração dos poderes tornou-se difícil, se não impossível.

A inevitável luta pela supremacia terminaria por alijar um dos contendores. Um lento processo de marginalização do Congresso inicia-se já na Primeira República, e conduz à dissolução dele, em 1930 e 1937, e ao seu recesso, em 1966 e 1968.

III - A Realidade Brasileira e o Congresso

Não desapareceu a instituição parlamentar brasileira, ainda que batida por tantas adversidades, porque tem a sustentá-la a força da História.

Parece-me, contudo, que o Congresso está sendo chamado a viver em um novo sistema de governo que já não é mais o do presidencialismo republicano, fundado no monopólio congressional da função legislativa e na

vedação de conhecer o Parlamento a intimidade dos assuntos administrativos, confiados exclusivamente ao Presidente da República.

Esboçam-se, com o apoio na Constituição vigente, as funções que o Parlamento é chamado a desempenhar: além da legislação o controle dos atos administrativos e da política externa, a fiscalização financeira e a avaliação do desempenho dos governantes.

Na Legislatura em curso constituíram, por isso mesmo, temas predominantes das preocupações do Congresso, além do seu reaparelhamento material, a regulamentação, por lei complementar, de três institutos acolhidos na Constituição vigente:

a) o comparecimento dos Ministros de Estado e sua participação nos debates, assim nas Comissões, como no Plenário;

b) o exercício dos três instrumentos clássicos de informação do Poder Legislativo: o pedido escrito de informação, o direito de interpelação e o de investigação;

c) a fiscalização dos atos administrativos e daqueles de natureza e repercussão financeira.

Pode dizer-se que quase tudo quanto dependia do esforço dos Congressistas, já foi feito. A título exemplificativo lembramos, no campo dos trabalhos materiais, a edificação de novos anexos, a instalação da computação de dados e de outros equipamentos sofisticados, e na área administrativa, a instituição das assessorias parlamentares, uma diretamente prestada por assessores imediatos e, outra, imediatamente oferecida pelos órgãos próprios das duas Casas, para a elaboração de projetos, estudos e pareceres.

Falta-nos, contudo, uma nova concepção política do sistema das relações do Congresso com o Presidente da República que deverá atender alguns pressupostos já fixados, não só na Constituição vigente, como nas praxes parlamentares agora estabelecidas, com o apoio de deputados e senadores.

Vejamos, rapidamente os fundamentos desse novo estilo de conduta congressional.

Uma das consequências do bipartidarismo, adotado em 1966, foi a formação de duas numerosas bancadas entre as quais se repartem encargos de sustentar a política do governo e dar-lhe os meios de desenvolvê-la e o de exercer sobre ela a crítica refletida

e honesta, de maneira a ajustá-la ao sentimento e às aspirações das minorias políticas.

Pressupõem-se, nesse sistema, que a bancada majoritária é solidária com o Governo, cuja sorte e destino são, também, os seus.

É indispensável que se crie um **Forum** onde se possam ajustar previamente os pontos de vista do Governo e os da maioria parlamentar. Como, também, é gritantemente necessário que certas matérias que sobrelevam os interesses conjunturais de classes, grupos, regiões e opiniões, aqueles que são permanentes e pertencem a toda a Nação, sejam aforados a uma instância suprema, onde tenham assento todos os partidos e todos os credos políticos e sociais lícitos — isto é, democráticos — e ali resolvidos com as mais altas autoridades do País.

Sabeis que, no Segundo Reinado, o Conselho de Estado era o sítio onde se resolviam as questões por último mencionadas e que, graças ao seu aviso, foi o nosso segundo Imperador capaz de decidir, arbitrariamente, as mais delicadas questões do País naquele glorioso período de nossa História.

Sabemos, também, que o ajustamento do Governo e da maioria parlamentar se fazia, naturalmente, em virtude de dependerem os Ministros da confiança política da Assembléa e do Monarca.

Não sendo, hoje, possível o restabelecimento desse mecanismo, há que pôr-se em prática um tipo de liderança e condução políticas que, primeiro, ganhe a confiança da representação nacional e, por intermédio dela, a de todo o povo.

Não existem, em nosso País, estruturas e mecanismos de participação política, em virtude das peculiaridades de nossa formação histórica.

No Brasil, o Estado precedeu a Nação e formou-a. Ao contrário da Europa, onde o estabelecimento estatal resultou da prévia organização do povo em instituições peculiares como as corporações de ofícios e de homens livres, as feiras, os mercados e as cidades onde a unidade nacional, apenas, exprimia a unidade da língua e da religião — entre nós, foi o Estado que estabeleceu as instituições sociais e políticas. E as únicas entidades que lhe não devem a existência são a Igreja e as corporações criadas à sombra dela, tais como as irmandades religiosas e algumas outras associações piás.



É INDISPENSÁVEL QUE SE CRIE UM FORUM ONDE SE POSSAM AJUSTAR PREVIAMENTE OS PONTOS DE VISTA DO GOVERNO E OS DA MAIORIA PARLAMENTAR.

Até mesmo o município que haveria de exercer tão importante papel em nossa vida política e social não se podia constituir sem que uma Carta Régia expressamente autorizasse.

A necessidade de criarmos instituições de participação popular no processo político salta aos olhos.

A Nação brasileira, aceleradamente, deixa de ser, e talvez já não seja mais, o arquipélago cívico, político e social que foi até o advento da Revolução de 1930. Isto, por força da universalidade das comunicações e dos transportes que está criando uma consciência verdadeiramente nacional, manifestada em atividades e reações uniformes de todo o povo, em face de acontecimentos que a todos atingem.

De outra parte, a massificação da educação fundamental e universitária e a crescente incorporação de todo o país ao circuito econômico, geram uma pressão, antes inexistente, pelo consumo de bens e pela prestação de serviços que se querem, sempre, mais sofisticados.

O que se discute, agora, é a própria qualidade da vida, os padrões de existência vigentes na sociedade brasileira e os meios de elevá-los.

Em poucos anos, com um milhão de universitários e 90% da população adulta adequadamente alfabetizada e, por isso mesmo, sensível aos meios de comunicação, a estrutura política brasileira sentirá o peso de uma pressão que se não for convenientemente distribuída pela superfície do corpo social, ameaçará a sua integridade e rigidez.

Hoje, o povo — mesmo o instruído — participa pouco porque o custo da participação é elevado, dada a inexistência de instituições adequadas. Em razão disso, acumulam-se tensões não resolvidas e surgem relações políticas conflitivas entre os indivíduos e o Estado.

Exemplifiquemos. Se um serviço público é mal prestado, e se uma autoridade se desvia da ética de sua função, se uma providência administrativa é danosa ao legítimo interesse de um cidadão, ele deverá assumir sozinho o ônus da reclamação, mesmo quando haja uma real e efetiva solidariedade de muitos no prejuízo decorrente de tais situações.

O prejudicado deverá requerer ou constituir advogado; acompanhar o seu requerimento com sensível perda de tempo e desgaste, de sua tranquilidade, por vezes insuportável, enhen-

tar despesas, etc. E a própria máquina estatal se consumiria, como se consume, no conhecimento e na solução de casos individuais. Daí o desmesuramento da administração pública brasileira, o seu hiperdimensionamento, o seu casuismo, a sua lerdeza, o seu desprestígio. E daí, também, o desalento dos cidadãos em face de um Estado que lhes exige muito e lhes dá pouco.

Imaginar hipótese inversa na qual os prejudicados se limitam a comunicar o fato danoso a uma instituição social que age em seu favor — muitas vezes sem necessidade mesmo, de provocação — e o custo social da participação se reduzirá a quase nada.

Salvo umas poucas entidades de classe, são os corpos legislativos do País — Câmara de Vereadores, Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional — as únicas instituições que, em nível político, isto é, de direção e comando, exercem essa mediação e desempenham essa representação de interesses.

O Poder Judiciário, não existindo meios processuais idôneos para a ação coletiva, visando a corrigir a inércia ou a dissídia da Administração, limitado à mera interpretação e aplicação do *jus positum*, não pode socorrer os titulares de simples interesses, mesmo os socialmente legítimos.

Podemos, assim, avaliar a importância e o alcance de algumas providências já tomadas no âmbito da Câmara dos Deputados e de outras que esperamos efetivar no seio do nosso Partido, visando a permitir a participação ordenada de toda a gama de interesses legítimos no processo decisório que é, hoje, monopólio estatal. Monopólio tão absurdo como seria o que conferisse ao Estado e dos negócios mercantis de bens e serviços; como o que lhe desse, com exclusividade, o de fazer circular a riqueza nacional, em lugar dos milhões de agentes-industriais, comerciantes, prestadores de serviços de toda a natureza — que hoje fazem a riqueza de nossa Pátria.

O deputado Pereira Lopes, recentemente, quando exercia com superioridade e dignidade a Presidência da Casa, e no exclusivo propósito de melhor auscultar a opinião nacional, promoveu a modificação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para permitir que as suas Comissões concedam audiências públicas aos representantes de instituições idôneas,

quando, naqueles órgãos da Câmara, esteja em fase instrutória matéria que lhes diga respeito.

Semelhantemente, por que não poderia a Maioria Parlamentar, através da estrutura partidária que lhe dá legitimidade e disciplina, promover, ordenada e objetivamente, o fluxo das aspirações nacionais até as sedes das decisões últimas, que estão no Palácio do Congresso e no do Planalto?

Falei da nossa antiga e venerável tradição de reunir nas Cortes, o Rei e a Nação, antigamente representada por seus Conselhos, e hoje, por seus eleitos.

Se o Presidente da República não pode estar, habitualmente, no Congresso, por força da sua qualidade de Chefe do Estado, por que os Ministros — que são ativos elementos de execução da política do Governo — não podem ser os interlocutores necessários da maioria parlamentar e do Partido em que ela se organiza? E, mais, por que não o serão, também, do próprio Congresso, nas Comissões e no Plenário de suas duas Casas?

Por que a Maioria Parlamentar não se organiza de tal forma que os mais capazes, por saber acadêmico ou por saber "de experiência feito", não sejam, sempre e previamente, chamados a colaborar com os inúmeros projetos sobre matéria da sua especialidade ou do interesse dos seus representados, de maneira que todos, com entusiasmo consciente, se lancem em defesa de uma obra comum pela qual — sabendo ou não sabendo, conhecendo ou desconhecendo — somos solidariamente responsáveis?

Vivemos um tempo de construção política e essa, como qualquer empreendimento humano, não dispensa o fé.

O nosso credo político é visceralmente democrático porque assenta, firmemente, as suas raízes no Cristianismo que é a religião da Esperança.

Os que não têm fé se auto-excluem dessa obra de sabedoria que consiste na edificação de uma estrutura e de um sistema políticos capazes de assegurar a pacífica fruição da herança de nossos maiores, alargada e multiplicada, nos dias que vivemos, com o trabalho de nossas mentes e de nossas mãos.

Não pode ter lugar entre nós o pessimismo em relação ao homem, uma certa desconfiança institucional de nossa capacidade de nos entendermos no que é fundamental à nossa própria sobrevivência como nação e comunidade política.

PARA ONDE CAMINHA O JAPÃO?

Passada a fase do crescimento assombroso (15% ao ano), que tornou o Japão a segunda maior potência do mundo capitalista, acorda-se do doce sonho. Durante 25 anos, a economia japonesa altamente concentrada e centralizada, tendo ao seu dispor uma mão-de-obra abundante e barata, vendeu ao mundo a imagem do "milagre". Nesse mesmo período, os políticos japoneses, sem exceção, transferiram comodamente aos Estados Unidos a tarefa de traçar a sua política externa, limitando-se a fechar acordos comerciais, visitas de boa vizinhança e a freqüentar com regularidade irritante as poltronas da Casa Branca, onde adormecidas discrepâncias não apareciam nos comunicados a farisaica linguagem diplomática.

A voz do estômago, entretanto, fala mais alto: crise do petróleo, recessão ameaçadora e caos econômico fizeram ver aos dirigentes japoneses que a emancipação do "grande irmão do outro lado do Pacífico" não somente é possível como imprescindível se é que se pretende manter a casa em relativa ordem. O que ocorre é que Tóquio sente-se abandonado pelos Estados Unidos, para não dizer traído. E, com todas as letras, contrariando a secular e tradicional gentileza oriental, acusaram a política americana para o Oriente Médio de ser a respon-

sável pela crise mundial do petróleo. Um alto funcionário do Governo não se fez de rogado: "a América encenou a guerra do Oriente Médio para fechar ao Japão a sua fonte de petróleo". E o especialista em assuntos americanos, Seicho Matsumoto, foi mais além: "Washington quer acabar com o domínio japonês no mercado mundial".

A HORA DA VERDADE

Para fazer face à miséria econômica que se aproxima, decidiu Tóquio agir com a maior rapidez e realismo. Poucos dias depois da visita de Kissinger, em novembro do ano passado, o Governo japonês ignorou solenemente o desesperante apelo do então Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos e se arranjou como pôde com os árabes. Estes que fornecem 40% das necessidades petrolíferas do Japão, exigiram um preço que foi pago: Tanaka logo depois exortava Israel a abandonar os territórios ocupados no conflito de 1967. E a ameaça de Kissinger de que "se o Japão tentar resolver por si o problema da crise de energia, se verá a braços com problemas insolúveis" de nada adiantou. A posição do Japão na conferência de pressão convocada por Nixon é bastante conhecida: "é tempo de murici e cada um cuide de si". E como afronta a Washington, o

Nos últimos meses a atividade diplomática do governo japonês poderia ser classificada de frenética. Na primeira segunda-feira de janeiro, às 10 horas, parte o Ministro Presidente Kakuei Tanaka para uma viagem por cinco países do Sudoeste Asiático, que entre outras "inconveniências" deixaria um saldo de centenas de feridos e mortos entre os demonstrantes "nativos" dos países visitados, furiosos com os "ianques amarelos".

Trinta minutos mais tarde, sai de Tóquio o Ministro da Indústria e Comércio, Yasuhiro Nakasone, em direção a Teerã. Assunto: petróleo. Muito antes da conferência convocada por Nixon, os japoneses deixaram bem claro que não entrariam no vale tudo dos maiorais contra os países produtores, pois sem petróleo o Japão simplesmente não pode existir.

Cinco horas mais tarde, embarca o Ministro das Relações Exteriores, Masayoshi Ohira, para acalmar os "surpresos" americanos em Washington. Dias atrás, Ohira voltara da China onde se penitenciou junto a Mao de todos os crimes cometidos pelos militaristas japoneses no passado e confessa a sua *mea culpa*. Por outro lado, Takeo Miki, depois de acalmar os furiosos americanos, indignados com a "deslealdade amarela", não perdeu tempo e foi explicar direitinho no Oriente Médio qual era a posição do seu governo em relação à disputa com Israel. E o Japão não teve alternativa: ou muda de política ou não tem petróleo. E mudou.

O "assalto" diplomático japonês, logo após o boicote petrolífero imposto pelos árabes, marcava o início de uma ação ofensiva para assegurar ao Japão o seu mercado exportador e a continuidade no fornecimento de matérias-primas, principalmente o petróleo, de que precisa desesperadamente. E a preocupação de Tanaka e seu governo é plenamente justificada: desde outubro passado, os sinais da crise vinham se avolumando, pois a "tradicional receita nipônica para crescimento e b.m-estar se embrolhou numa série de contradições", escreve o "Financial Times".

Ministro do Comércio, Nakasone partiu para o Oriente Médio e fechou contratos bilaterais que asseguram ao Japão uma certa tranqüilidade no suprimento de suas necessidades energéticas, enquanto, por outro lado, banqueiros e o próprio Governo ofereciam aos árabes um verdadeiro carnaval de créditos e assistência técnica, em condições nunca antes imagináveis.

Até aí, tudo aparentemente bem. Ocorre que os grandes monopólios americanos é que continuam a distribuir o petróleo árabe e indonésio ao Japão e, não sem razão, jornais japoneses não param de clamar contra o contrabando de petróleo destinado ao seu país, que "milagrosamente" desaparece em alto mar e reaparece em portos europeus e americanos. Não foi por outra razão que Tanaka levando no bolso um crédito de 200 milhões de dólares para a Indonésia, exigiu que o petróleo fosse transportado por barcos de seu país, sem mais a intervenção dos "magos" americanos.

SAMURAI NAS RUAS

Exigências salariais da ordem de 30 a 40%, uma inflação de até 50% ao ano, despertaram no povo japonês o seu velho espírito de luta. E o pior é que todos sentem que com a inflação pode vir a tão temida recessão, o fim



do milagre que durante mais de 25 anos manteve as coisas certinhas nos seus devidos lugares.

E os sinais são evidentes: na cidade de Yokkaichi, donas de casa, repetindo as célebres passeatas de panelas vazias em Santiago, invadiram um supermercado, dominaram os guardas e levaram todos os mantimentos que puderam. Em Fukuoka, Yokohama e Kawasaki, cansadas de esperar numa interminável fila, senhoras de idade atacaram os armazéns e fizeram um verdadeiro saque. Em Tóquio e Osaka, as duas maiores cidades do país, os comerciantes já precavidos distribuem fichas para manter a ordem nas filas e, assim evitar o assalto. Artigos de consumo como sabão, sabão em pó, farinha, papel higiênico, linha e tantos outros são dificilmente encontrados.

Na pequena cidade de Toyokava bastou uma escolar espalhar o boato de que um banco da cidade estava para falir, para que milhares de pessoas corressem a retirar seus depósitos.

E em apenas um dia, os depositantes em pânico encerraram contas no valor de 1,4 bilhão de yens, o que fez lembrar em escala menor o grande **krach** da bolsa na depressão americana de 1929. Taxa de inflação crescente, greves "selvagens", taxa de lucro decrescente nos negócios internacionais e uma dúvida angustiante quanto aos objetivos e métodos da economia e sociedade japonesas pairam como uma nuvem negra sobre o outrora Sol Nascente. Tudo que durante 25 anos correu às mil maravilhas — total fascinação ante a taxa de crescimento e compreensão para os eventuais malogros na economia — agora é posto em cheque e tido como suspeito. Há uma generalizada crise de confiança. E isso é novo, porque até pouco tempo os japoneses fechavam os olhos para os grandes negócios excusos e os superlucros das grandes empresas eram objetos do orgulho nacional de cada um, mesmo que as obrigações de infra-estrutura social de tais empresas ficassem para depois... É que todos ainda acreditavam piamente numa "revolução dos consumidores, num futuro róseo e de justiça social", como afirma o professor Tetsuo Furukawa, da Universidade de Tóquio. Porém, complementa Furukawa: "a esperança em tal revolução se transformou numa crise de consumo".

GIGANTE DE PÉS DE BARRO

A dependência japonesa dos produtores de petróleo, revelada logo no início da crise energética, o crescente déficit no balanço de pagamentos, a inflação galopante que ameaça de-



O Premier Tanaka saúda o povo no tempo das vacas gordas

sembocar numa recessão e espalha o medo mostram que somos "um gigante econômico de pés de barro" ("Japan Times").

Se bem que o boicote do petróleo não atingiu a economia do país tão duramente como se esperava — e isso graças a uma política externa bastante elástica — o vendaval não foi em vão. Somente o aumento no preço do petróleo (importação de 250 milhões de toneladas) levará o país a desembolsar cerca de 15 bilhões de dólares para a importação de fontes de energia; contra 4,5 bilhões de dólares em 1972.

Este aumento espetacular no desembolso é um impacto insuportável para o crônico e deficitário balanço de pagamentos. Em poucos anos, consumirá as reservas de divisas do país e o cinto será apertado mais um buraco abaixo.

Durante anos, com a ajuda de uma ofensiva na exportação com características de uma verdadeira batalha de karatê, contenção do consumo interno e um superavit no balanço de pagamentos, os japoneses conseguiram acumular grandes somas de reservas em divisas. O país permanecia um mercado fechado aos concorrentes internacionais e, somente depois que americanos e europeus ameaçaram com uma represália, a custo abriu as comportas das importações. Agora, levado pelas contingências, procura através de uma política agressiva de exportação de capitais aplainar a níveis razoáveis o excedente no balanço de pagamentos. Porém, o fluxo de importações cresceu mais do que se desejava: no ano passado, as importações aumentaram em 70% contra um aumento nas exporta-

ções de apenas 29%. O excedente no balanço comercial de cerca de 3,7 bilhões de dólares não é mais suficiente para fazer face à saída de capitais do montante de 9,7 bilhões de dólares. Por outro lado, as reservas em divisas do Governo que eram em fevereiro de 1973 de cerca de 19,1 bilhões de dólares, são agora estimadas em apenas 11,6 bilhões de dólares.

Esta situação obrigou o governo a uma radical mudança na sua política econômica. Ao invés da construção de novas fábricas e a compra de participação em empresas no exterior, o governo só pretende permitir no futuro os investimentos diretos que possam contribuir para a segurança do contínuo fornecimento de matérias primas. Entretanto, a chance da indústria pesada do Japão se encontra no estrangeiro, já que o seu limite de crescimento esbarrou, no próprio país, na falta de espaço e numa poluição que já atingiu o humanamente suportável. E para economizar divisas, Tóquio pretende conter nos próximos anos o fluxo turístico para o exterior, acabando com o turismo barato patrocinado pelos vãos **charter**.

CONSUMIDOR PAGA

Sem outra saída o Japão pretende aumentar violentamente a sua pressão no comércio exterior, garantindo e aumentando sua participação no mercado internacional, segundo afirma o Ministro Yasuhiro Nakasone, do Comércio Internacional.

Entretanto, muitos especialistas japoneses, considerando a ameaçadora recessão, não acreditam que possa se reeditar uma ofensiva nas exportações como a dos anos 60. Eles vêem a economia do país dopada, numa espécie de Guadalupe econô-

UMA GAROTINHA DISSE: "O BANCO VAI FALIR!" MILHARES DE PESSOAS CORRERAM E FECHARAM CONTAS NO VALOR DE 1 BILHÃO E 400 MILHÕES DE YENS.

rico. Enquanto grandes firmas comerciais e industriais fecham seus balanços acusando superlucros (Mitsubishi 270% de maio a outubro de 1973) e os empresários "enchem a panga à custa da coletividade", como denuncia o jornal conservador "Mainichi Shimbun", o galope inflacionário dos artigos de consumo atingia em janeiro último o recorde estorrecedor de 20%. E o que isso representa de peso ao orçamento do consumidor, lembre-se que a inflação brasileira para o ano passado não chegou oficialmente a 14%.

E quem são os responsáveis mais diretos por esta corrida louca de preços que faz com que pacatas mães de família assaltem supermercados? Na primavera passada, pressionado pela opinião pública, o Governo teve que fazer algumas investigações nos grandes conglomerados (o orgulho da Nação) e os seis maiores mamutes do país — Mitsubishi Corporation, Mitsui & Co., Marubeni Corp., C. Ioh & Co., Sumitomo Shoji Kaisha, Nisho-Iwai — que controlam a metade do comércio exterior do Japão. E o resultado não se fez esperar: "o orgulho da Nação" simplesmente especulava, mantendo os produtos em estoque, para, dessa forma, conseguir o aumento artificial dos preços. E a especulação dos monopólios se fez sentir mais feroz logo após o início da crise do petróleo: artigos de consumo fundamentais desapareceram prontamente do mercado para, algum tempo depois, reaparecerem "milagrosamente" com o preço quadruplicado. Somente nas duas últimas semanas de dezembro, segundo informação da Sociedade de Consumidores Seikyoren, o preço de aproximadamente 1200 produtos foi aumentado em até 50%. Em novembro último, a fábrica Toyota aumentou o preço de seus produtos em 17%, enquanto o gigante da eletrotécnica Matsushita impunha aumentos variando entre 20 e 50%.

É sabido que os japoneses sempre engoliram calados (roupa suja se lava em casa) uma certa taxa de inflação, porque se acreditava que a inflação é uma manifestação inefectível do crescimento. Porém, a coisa, inicialmente ignorada, depois de olhada com compreensão, ganhou vida própria, desmoralizou os conglomerados "orgulho da Nação", gerou uma crise de confiança no governo e nas instituições, levando a atitudes em cadeia bem perto do salve-se quem puder. E não é por acaso que o "Time" senten-

cia: "por trás da brilhante fachada, aumenta um sentimento de desespero, há uma atmosfera de uma noite de horror".

Em uníssono se lamentam os **managers** da indústria automobilística, siderurgia, construção de máquinas e indústria têxtil e antevêm um futuro catastrófico: "diminuição na produção em um terço", proclama Toshio Okamoto, vice-presidente da Isuzu Motors; "terrível queda nos negócios", afirma a Associação Têxtil, "perda de 20%". Queixam-se os **big-shots** da indústria química.

A construção civil, em todo o mundo um termômetro da conjuntura econômica, encontra-se em uma posição desoladora e sua influência negativa nos demais setores do economia do país se faz sentir antes de mais nada na indústria siderúrgica: "o mercado interno siderúrgico japonês depende em 50% da indústria de construção civil. Por esta razão, a produção siderúrgica no primeiro trimestre de 1974 vai cair em 10% em relação ao primeiro trimestre de 1973. O que vem depois ninguém sabe". Assim falou Tsutomu Kono — rei do aço.

O que virá depois, certamente, é uma interrogação. Mas o que está acontecendo no presente todos sentem na própria pele: especulação, inflação, desemprego, ameaça de recessão e o ocaso do Sol Nascente, que por tanto tempo brilhou inquestionável no Oriente e no Ocidente.

PRIMAVERA QUENTE

A primavera que se aproxima no Japão não terá apenas o suave perfume das cerejeiras em flor. Com a inflação galopante e a perda do poder de compra do dinheiro trazendo como consequência uma diminuição do salário real, apesar dos consecutivos aumentos nominais, lançam-se os sindicatos em reivindicações salariais, visando a um equilíbrio, pelo menos, entre o decaído poder de compra do yen e a corrosão do orçamento doméstico.

Formado o círculo vicioso (aumento dos salários x aumento dos preços) apelam os empregadores para a demissão em massa, ou a diminuição da jornada de trabalho, o que, em última análise, vem dar no mesmo.

Atualmente o Japão pode ser ainda classificado entre os privilegiados, no que tange ao número de desempregados, se compararmos suas taxas com outros países como Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Com apenas um pouco mais de 1% de de-

sempregados (750 mil) no momento, caso prossiga a recessão, este número subirá rapidamente para a casa dos 3 milhões — segundo estimativas dos sindicatos. A ofensiva salarial dos trabalhadores que teoricamente deveria começar em abril, segundo uma tradição, este ano foi antecipada pela greve "selvagem" dos ferroviários, funcionários dos correios e estações telefônicas, que pararam literalmente o país em "aviso" ao Governo. Eles reivindicam 30% de aumento. Esta é a primeira greve de uma série planejada por diversos sindicatos para que o governo conceda um aumento salarial de 30% e outros benefícios para contrabalançar a alta do custo de vida. E um fato novo: apesar dos funcionários públicos estarem legalmente proibidos do direito de greve, os grevistas não "ouviram" as ameaças governamentais e o movimento saiu.

Na semana passada também diversos sindicatos da indústria privada ordenaram a seus filiados que suspendessem as suas atividades durante algumas horas, num angustiante pre-núncio do que será a primavera de 74.

O ponto alto do movimento grevista, entretanto, será mesmo em abril, quando a poderosa federação sindical "Sohto" ordenará aos seus 4 milhões e 300 mil membros uma greve geral de 10 dias. Enquanto isso, o conhecido Instituto Nomura para Pesquisas Econômicas, antecipando-se à corrida louca dos aumentos de preços diagnosticou uma taxa de inflação de 55% até o fim do ano.

Se os oráculos da conjuntura tiverem razão, conflitos sociais e violência da esquerda e da direita tomarão conta do Japão nesses próximos meses, sem que o Governo possa fazer outra coisa senão lançar a repressão contra os demonstrantes — o que poderá reativar o adormecido Fajia-ma.

Com uma queda substancial na produtividade em relação ao ano passado, uma diminuição de 12% para 5,5% no produto social bruto entre 1969 e 1974, balanço de pagamento deficitário, aumento vertiginoso nos preços dos produtos no atacado e no varejo, inflação galopante, comércio exterior em estagnação, crise energética e um poderoso movimento sindical que não aceita ser a única vítima — parece que os "profetas da miséria" não estão enganados. E o insuspeito "Asahi Shimbun" arremata: "Muitos problemas sociais começam como marolas quase imperceptíveis e se transformam rapidamente em gigantescos vagalhões".

É esperar prá ver.



Receita

O povo brasileiro e o resto do mundo pensam que o Brasil é tricampeão do mundo, de futebol, porque tem grandes craques ou porque nosso futebol é o melhor. Mero engano. Agora mesmo, na convocação dos jogadores, o menino Mário Jorge Lobo Zagalo explicou porque convocou cinco jogadores do Botafogo: superstição. Não vêem que em 1958, 1962 e 1970 o Brasil tinha em sua seleção cinco botafoguenses? Portanto, a receita para o nosso selecionado é simples: cinco jogadores do Botafogo, visita ao terreiro do Seu Sete, pé de arruda no calção de cada jogador, sal grosso no vestiário e banho de cachoeira antes de cada jogo. Como na Alemanha não há cachoeira, leva-se uma portátil para a concentração. E saravá!

A Rainha

Janaina Muller que tinha sido eleita Rainha Moma pela diretoria do Cordão da Bola Preta foi destituída de seu reinado. A mesma diretoria, em reunião secreta, deu um golpe de Estado e derrubou a Rainha Moma Janaina Muller. Pelo que foi dado saber, a nossa Rainha Moma não se conduzia de acordo com a coroa que ostentava: as calcinhas de Sua Majestade não tinham elástico e caíam ao menor movimento.

Calúnia

O ilustre professor Eugênio Gudin está, positivamente, se excedendo em seus conceitos.

Há duas semanas atrás, em seu artigo de "O Globo" o professor Gudin fazia uma análise da atual situação norte-americana e concluía com esta afirmativa, considerada pelos observadores como altamente subversiva e apressada. Dizia o professor: "Há nos Estados Unidos tanta corrupção, como tanta injúria e tanta calúnia como aqui. A diferença é que lá a lei funciona". O dr. Gudin, portanto, não acredita em nossas leis. Portanto, chamemos atenção dos ministros dos tribunais, desembargadores, juizes e promotores. A eles compete responder ao ilustre professor.

Educativa

A cantora Dóris Monteiro se negou a gravar um musical de três a cinco minutos para a TV Educativa porque o cachê era apenas simbólico: 250 pratos. Esses musicais são distribuídos para 22 emissoras do país. E fazem parte de uma série de programas da música popular brasileira. Mas dona Dóris não concorda. Diz: "Eu não como educação, como carne, que custa dinheiro".

O Risco

O médico Malcolm Garruhers, considerado o maior cardiologista da Inglaterra, tem o seguinte conceito: "O homem de meia idade, que tem uma amante, corre sério risco de morrer. Os ataques cardíacos durante as relações extraconjugais são freqüentes, devido à tensão emocional do amor proibido". Em termos mais ou menos populares, o dr. Garruhers quis dizer o seguinte: os homens de meia idade (cinquenta em diante) podem beliscar o pudim de casa, nunca o da rua!

Vitória

E quando todo mundo pensava que o embaixador Negrão de Lima estivesse fora do baralho político com aquele marca-passo implantado no peito, o ex-governador, ex-ministro, ex-embaixador, etc., etc., levanta a voz e diz que está aí. Falou

aos íntimos: "Quando pensam que me derrotaram eu respondo com a minha vitória". Prestem atenção: Negrão ainda vai derrubar a pretensão de muita gente.

Filosofia

A menina Florinda Bolkan, ou Bulcão, cearense de velha cepa, concedeu entrevista ao escritor e repórter Fernando Sabino. Não devemos perder os conceitos filosóficos de dona Florinda Bolkan quando ela fala do amor e diz: "A promiscuidade e a pornografia só servem de estímulo aos impotentes. Amor é praticado a dois. Por outro lado, a rotina acaba com o amor. Repetir tudo, todos os dias?" Conclui-se: dona Florinda gosta de variar. Um amor eclético, por exemplo. E está o mundo a perder uma grande filósofa.

O Candidato

O inquieto deputado federal Nina Ribeiro pensou que estivesse soltando uma bomba retardada quando resolveu anunciar: "Sou candidato ao Senado". Observadores políticos bocejaram e afirmaram que candidato ao Senado até Lutero Vargas o foi, o diabo é ser eleito.

Com Piscina

Um casal (casado no civil e religioso) demandou a Barra da Tijuca, sábado deste, procurando um motel com piscina para curtir algumas horas de intimidade com sabor de pecado. Marido e mulher chegaram ao motel às 9 horas da manhã. Mas a recepção avisou: "Não temos mais quarto com piscina. Só sem". O marido: "Já tudo ocupado?". Resposta: "Sim, senhor". Pergunta: "Quantos quartos com piscina vocês têm?". Resposta: "Quinze". E arremate: "Mas quando faz sol o pessoal, chega às 7 da manhã, fazendo fila". Foi descoberta, assim, uma nova curtição matrimonial.



Sururu

Foi noticiado que a obstrução progressiva dos canais que ligam a lagoa do Mundaú ao mar, em Maceió, no Estado de Alagoas, poderá concorrer para a destruição da maior reserva mundial de sururu. Alagoinhos estão preocupadíssimos com a extinção do sururu, prato principal da dieta do Estado. E pelo que foi dado saber, estuda-se, apressadamente, a criação da **Sururubras**. O sururu é nosso!

Os

Países

Há poucos dias, no Jornal Internacional da TV Globo foi exibido um filme do jogo da pelota que é praticado pelos bascos da Espanha, em suas respectivas províncias. O locutor, que era Heron Dornelles, disse a certa altura que "naqueles países bascos" ... etc., etc. Seria bom que o generalíssimo Francisco Franco Ban Amonde pudesse escutar o jornal internacional do canal 4, concedendo independência às províncias bascas da Espanha e, ao mesmo tempo, dividindo-as em países.

O

Conceito

O deputado Etelvino Lins, que está no noticiário deste país há pelo menos trinta anos, estava um tanto desaparecido das grandes entrevistas e reportagens. Mas um repórter foi buscar-lhe os conceitos da atualidade. O deputado Etelvino Lins não deixou por menos. Muito importante, como sempre, e muito de frase, ele disse: "Na fase de transição em que nos achamos, não há lugar para devaneios".



Inquietação

A diretoria do Flamengo não quer anunciar desde agora para não desvalorizar o jogador. Mas a verdade é esta: Paulo César nunca mais vestirá a camisa rubro-negra. Sua venda já está acertada para depois da Copa. Quem duvidar que espere.

O

Zico

O jovem Zico, atacante do Flamengo e que, aos poucos, vai-se tornando o doce de côco da torcida rubro-negra, é irmão de Edu, do América e de uma família inteiramente flamenga. Zico foi o único dos irmãos que conseguiu jogar no clube do seu coração. E está sendo apontado, desde agora, para a Copa de 78. Dizem que Zico não tem físico. Mas os rubro-negros retrucam: "Tostão também não tinha".

Os

Autênticos

Levaram a menina Liza Minelli para conhecer os irmãos Paulo e Sérgio Vale, Menescal, Milton Nascimento, etc., etc. Não levaram a menina Minelli para conhecer os autênticos: Paulinho da Viola, Nelson Cavquinho, Ismael Silva e outros mulatinhos menos votados. Inclusive o Darcy da Mangueira.

A

Postura

O ilustre senador Danton Jobim está pedindo aos políticos, no próximo governo, uma "postura responsável evitando, sobretudo, posições radicais e suscetíveis de provocar retrocessos a revelia de todos". O senador Jobim já conserva postura responsável. Tanto é verdade que ele é chamado de "o senador embedista mais arnista" do Congresso.

Rivelino

O cronista Jacinto de Thormes, nascido Manuel Bernardes Muller, dá sua opinião sobre o comportamento do atacante Rivelino durante um jogo amistoso com o Flamengo, realizado no Maracanã: "Parece que ele perde a cabeça até em peladas entre amigos, é expulso até em bate-bola com seus sobrinhos e parentes. Pola!" Perguntado o que queria dizer a última palavra, Jacinto de Thormes explicou, para nosso alívio: "Eu estava me lembrando daquela artista antiga, a Pola Negri". Ainda bem.



1— Mário Rosal é figura popular em Fortaleza. Queria ser deputado. Três vezes se candidatou. Mas as urnas não lhe foram amenas. E não faltou esforço. Uma tarde, por exemplo, ele chamou o jornalista Lincoln Vasconcelos para fazerem comício no Morro do Ouro. Subiu ao palanque:

— Povo do Morro do Ouro. Vocês têm luz?

— Não.
— Têm água?
— Não.
— Têm hospital?
— Não.
— Então se mudem logo, que isso não é lugar de se morar.

E foi embora.

2— José Maria Alkmim é tão pronto na resposta, exata ou falsa, que é o único sonâmbulo que já acorda lúcido.

Em 1958, ele, Ovídio de Abreu e Milton Reis, deputados, foram a um congresso em Araxá. Os hotéis estavam superlotados, deram um apartamento para Alkmim e Ovídio.

Noite muito fria, dormiram cedo.

Madrugada alta, Ovídio vê Alkmim, sem camisa, na janela aberta, o apartamento gelado. Levanta-se, vai com cuidado para não assustá-lo:

— Alkmim, Alkmim, volte para a cama.

Alkmim abre os olhos e sai do sonambulismo já com a desculpa:

— Estava com calor, muito calor, vim tomar um pouco de frio.

3— Juracy Magalhães, senador, líder da UDN, estava na tribuna desancando o governo de Juscelino. Benedito Valadares, líder do PSD, fora do plenário. Cunha Melo, do Amazonas, vice-líder do PSD, em pânico. Não sabia se aparteara ou deixava para Benedito responder. Foi chamar o líder na sala do cafezinho:

ALKMIM, BENEDITO,

JURACY, JÂNIO,

JUSCELINO, ALIOMAR,

LAUDO, AMADOR

— Benedito, o Juracy está arrasando o governo.

— Está bem, está bem.

— Está atacando pessoalmente o presidente.

— Está bem, está bem.

— Até palmas já houve para o discurso dele.

— Está bem, está bem.

— Você não pode ficar aqui, Benedito. Você é o líder, tem que ir apartear Juracy.

— Ô Cunha Melo, me diz uma coisa. Quem é que sabe quando eu devo falar? Sou eu ou é o Juracy?

Juracy falou, parou, Benedito no cafezinho.

4— Benedito ia entrando no Palácio Monroe, na Cinelândia, onde ficam os escritórios do Senado do Rio, passa o quase deputado Clóvis Stenzel e cumprimenta-o. Benedito pergunta ao jornalista Ormeu Fontenelle:

— Quem é aquele, Ormeu?

— É o Clóvis Stenzel, suplente do Rio Grande do Sul.

— Ih, tenho pavor de suplente.

E saiu ligeiro.

5— Juscelino eleito presidente, a UDN, através de Aliomar Baleeiro, lança a campanha contra a posse, alegando que "o candidato não teve mais de 50% dos votos e só deve

ser presidente da República quem tem mais da metade dos votos do país".

Benedito, chefe nacional do PSD, chama a seu apartamento na Raul Pompéia o deputado Olavo Drummond, antigo secretário de JK e seu amigo pessoal:

— Olavo, você precisa falar para o Juscelino desistir.

— Desistir como, senador?

O povo o elegeu, vai ser o presidente.

— Já não agüento mais tanto boato. Cada um que telefona conta coisas piores. Vai acabar acontecendo um golpe e é mais razoável desistir logo. Tem alguém que toca corneta lá embaixo, toda hora tomo susto.

— É um menino aprendendo, senador.

— Ainda bem. Mas o Juscelino está com mania de ser Tiradentes com o pescoço da gente. Com o meu é que ele não vai ser. Não precisou.

6— Quando Jânio, em 1962, depois de renunciar à presidência, se candidatou pela segunda vez ao governo de São Paulo contra Ademar, seu vice era o brigadeiro Faria Lima. Laudo Natel saiu candidato sozinho, em faixa própria.

No último mês da campanha, estava clara a vitória de Jânio. Amador Aguiar, o

homem do Bradesco, telefona para o ex-presidente e marca um encontro na casa de um funcionário do Bradesco. Queria que Jânio retirasse a candidatura Faria Lima para apoiar Laudo, diretor do Bradesco e presidente do São Paulo Futebol Clube:

— Dr. Jânio, sei que sua campanha está com muitas dificuldades financeiras.

Poderíamos resolver o assunto e assim seriam eleitos o senhor e o Laudo, que eu trouxe comigo para o senhor conhecer pessoalmente.

— Meu caro já estou eleito. O povo já manifestou sua preferência. Mais uma vez. Mais uma vez, dr. Amador. Vou ganhar em São Paulo e em todas as grandes cidades. Nem vou mais às pequenas cidades, porque não precisa. Estou na hora de ver quem é ou quem não é meu amigo, para não haver queixas depois.

— Mas, presidente, o Laudo está mais forte do que o Faria Lima. Juntos, daremos uma surra no Ademar.

— Não posso, meu caro.

Não posso trair o Faria, que é meu amigo dileto. Dileto. Di-le-to, entendido?

Na ponta da mesa, pequenininho, baixinho, caladinho, Laudo não tugia nem mugia. Jânio chamou-o para sentar-se mais perto:

— Doutor Laudo, o senhor já foi candidato antes a alguma coisa?

— Não, presidente. Não gosto de política. Foi seu Amador quem mandou. Abaixo de Deus, é o pai que eu conheci

— Mas de futebol o senhor gosta. É presidente do São Paulo.

— Também não gostava de futebol, presidente. Foi seu Amador quem mandou.

Abaixo de Deus, foi o pai que conheci. O senhor não imagina o homem bom que ele é.

O acordo não foi feito. Jânio perdeu por 30 mil votos (das pequenas cidades que não visitou). Laudo (quer dizer, seu Amador) ganhou.

COMÉRCIO EXTERIOR: ROTEIRO DE UMA POLÍTICA DINÂMICA

As pessoas influenciadas por Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Anibal Pinto e outros expoentes do pensamento econômico da CEPAL estão convencidas de que um país subdesenvolvido não escapará das malhas do subdesenvolvimento, se depender do comércio exterior como fonte indispensável de recursos. Os fundamentos históricos da afirmação, apreçados como o todo da verdade, representam, no entanto, apenas verdades parciais. Vejamos, por exemplo: 1) as flutuações de preços das matérias-primas e gêneros alimentícios no mercado internacional tornam cada vez mais insuficiente a receita cambial dos países subdesenvolvidos; 2) a participação progressivamente menor dos países subdesenvolvidos no comércio mundial aumenta o nosso atraso relativo; 3) todo esforço em prol do desenvolvimento repercute no comércio exterior sob a forma de impulso a uma importação ascendente; em face da receita estagnada, a despesa cambial crescente gera um ponto de

estrangulamento insuperável; 4) as nações desenvolvidas agravam os nossos problemas de pagamentos quando substituem matérias-primas antes importadas por produtos sintéticos, ou quando produzem em seu território gêneros alimentícios antes adquiridos nas áreas subdesenvolvidas; 5) com a propensão ao endividamento acelerado e à estagnação da receita das exportações, o país subdesenvolvido será compelido a pedir moratória internacional sob a forma moderna do reescalonamento de compromissos financeiros externos; 6) dado que uma parte cada vez maior da receita de câmbio se destina a liquidar compromissos preferidos, desaparece o crédito externo, do que resulta uma situação de insegurança interna que afugenta os investimentos de capitais estrangeiros e debilita a capacidade de obter novos financiamentos e empréstimos. Tudo isso produz reflexos negativos sobre a taxa de crescimento da economia.

No primeiro trimestre de 1964 o comércio exterior brasileiro dava foros de verdade à afirmação dos economistas da CEPAL de que a rigidez do quadro do comércio internacional condenava o Brasil a um crescimento interno meramente vegetativo. Naquele momento, o nosso endividamento externo comprometia 40 por cento da receita cambial, já extremamente racionada entre importações de equipamentos, de matérias-primas e bens intermediários para a indústria, de petróleo e gêneros alimentícios. No quadriênio 1960-63, a receita das exportações brasileiras, acusando a média anual de US\$ 1.350 milhões, apresentava um crescimento inferior a um por cento ao ano desde 1947-48. A julgar pelas teses cepalistas, a persistência na procura de uma solução dentro do quadro tradicional não traria nem mesmo a promessa de adiamento da explosão revolucionária de esquerda, que estava sendo preparada no jogo dos múltiplos impasses econômicos, sociais e políticos da época. A medalha tem verso, como veremos.

A SAÍDA BRASILEIRA

Vejo o 31 de Março. A partir daí começa-

se a demonstrar a insubsistência das teses cenalistas. Passou a segundo plano a discussão improdutiva em torno da surrada rigidez dos mecanismos do comércio internacional. Mais importante seria averiguar a contribuição brasileira à estagnação das exportações e do desenvolvimento interno. O novo espírito reformista prevaiente não primava pelo esforço para descobrir culpas apenas no setor externo. Nós também éramos responsáveis pelo estrangulamento. A ação pronta e bem dirigida seria preferível às lamúrias.

Um grupo de trabalho encarregado da reforma da política de comércio exterior, constituído pelo Ministro Roberto Campos e chefiado pelo conhecido economista Benedito Fonseca Moreira, realizou pesquisa profunda, em 1964, fazendo revelações de estarrecer. A exportação estava sujeita ao pagamento de todos os impostos de âmbito federal, estadual e municipal, pagando ainda mais de duas dezenas de taxas específicas. Havia excesso de exigências administrativas e burocráticas, pulverização do comando entre mais de trinta órgãos governamentais

e uma legislação disciplinadora da matéria que envolvia mais de duzentos atos legais. Quase todos os Ministérios e Autarquias delinham apreciável parcela de autoridade na prática de atos que afetavam a exportação, tendo a interferência caráter fiscalista, punitivo, arrecadador ou meramente de rotina administrativa, burocratizando enormemente o processo e impossibilitando a sua racionalização.

Enquanto não se criava o Conselho Nacional de Comércio Exterior (funciona desde o segundo semestre de 1966), entrava-se de machado em punho na floresta de atos legais que subsistiam por força da inércia, ou apenas justificavam a existência de órgãos burocráticos. Foram fechados pelo menos dez guichês por onde desfilavam os exportadores pagando impostos, taxas, emolumentos e comissões. Centralizou-se na CACEX o registro de exportador e simplificou-se o processo de marcação de volumes destinados à exportação; aboliu-se o 'visto' na licença de exportação; unificou-se a licença de exportação com a Guia de Embarque; permitiu-se a exportação de produtos manufaturados em consignação; assegurou-se a remissão do imposto de importa-

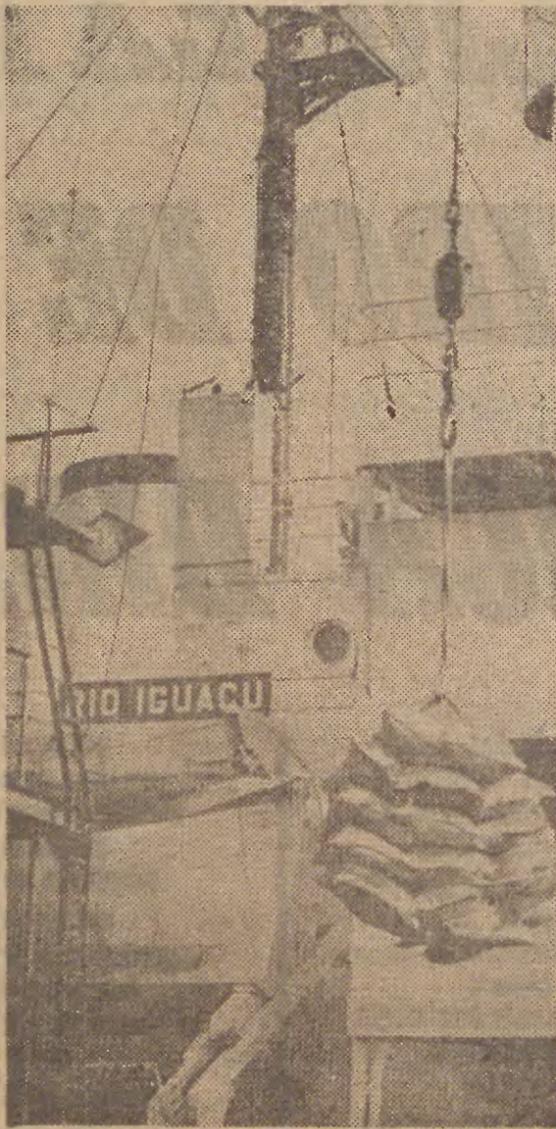
16 Comércio Exterior — Gilberto Paim

ção e de consumo nas exportações realizadas em regime de "draw back"; ficaram isentas do imposto do selo as operações cambiais relativas às exportações de manufaturas; decretou-se a isenção do imposto de consumo sobre os produtos exportados. Logo depois, permitiu-se a dedução do lucro sujeito a imposto de renda e auferido com a exportação de manufaturas. Iniciando-se pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Guanabara e Pernambuco, generalizou-se a isenção do antigo IVC, hoje ICM, sobre as exportações de manufaturados. Foram dadas facilidades de capital de giro para as empresas dedicadas à exportação. Na fabricação de manufaturas de exportação, o reinvestimento de lucros ficou isento do imposto de lucro extraordinário. Os antigos grupos executivos da Comissão de Desenvolvimento Industrial (hoje Conselho) esmeraram-se na concessão de favores e incentivos às empresas empenhadas no esforço de exportação.

Aos que se divertem na procura de traços de colonialismo na política do Governo brasileiro desde 1964, poder-se-ia lembrar que por vários anos permaneceu em vigor a medida do Ministro Roberto Campos impondo que, nas compras de petróleo bruto e derivados, realizadas pela Petrolbrás, as empresas fornecedoras assumiam o compromisso de adquirir produtos brasileiros de valor igual a pelo menos 20 por cento dos fornecimentos. Curiosamente, a União Soviética, que então mantinha convênio de comércio com o Brasil, estabelecendo o regime de pagamento em mercadorias, ficou isenta dessa exigência.

A NOVA FILOSOFIA

Foram inumeráveis as providências tendentes à desburocratização do comércio exterior. Anteriormente por exemplo, as mercadorias ficavam muito tempo à espera da fiscalização, no porto: agora, a exportação estará liberada se as autoridades não comparecerem nas primeiras 24 horas para o exercício da fiscalização. Salvo em poucos casos, é realmente livre a exportação. Que significa isso? Vejamos. Nos anos de safras escassas, as autoridades incumbidas do abastecimento adotavam medidas que restringiam ou proibiam exportações, em defesa do consumo interno. A intenção era louvável mas o resultado era que, sobrevivendo além do prazo necessário, as medidas restritivas iriam incidir sobre as safras abundantes do ano seguinte. Impedia-se, assim, a exportação de excedentes. Diante dos efeitos negativos de preços insatisfatórios para os agricultores, as safras do ano seguinte tendiam a ser parcas, gerando nova escassez, que por seu turno revigorava a defesa do abastecimento. Eis co-



As exportações brasileiras vêm aumentando de ano a ano.

mo um país subdesenvolvido atua contra si mesmo no campo do comércio exterior. Assimilada a experiência, deliberou o Conselho Nacional de Comércio Exterior, CONCEX, que, salvo em casos muito especiais, não haverá restrições à exportação mesmo quando exista ameaça de escassez. Se necessário comprar-se-á no exterior o produto escasso, de modo que obstáculos artificiais à exportação não tragam desestímulo à produção interna. Acabou-se também com a multiplicidade de iniciativas na fabricação de leis. O CONCEX centraliza todos os atos legais relativos ao comércio exterior.

Houve uma reforma de significação mal avaliada em alguns círculos. De 1946 a 1964, o valor das exportações mundiais cresceu 71 por cento, ao passo que o valor ponderado das exportações brasileiras caiu 12 por cento. Somente providências de profundo cunho reformista poderiam modificar a tendência das exportações nacionais. Não foi, portanto, por milagre que nossas vendas ao exterior passaram daquela média de US\$ 1.350 milhões (quadrênio 1960-63) para cerca de seis bilhões de dólares em 1973, conservando a tendência ao crescimento.

As autoridades brasileiras perceberam que exportação é uma atividade complexa e difícil. Daí os estímulos fiscais e creditícios, necessários ao fortalecimento da capacidade de competição das nossas empresas num mercado onde toda conquista é fruto de esforço, engenhosidade e perseverança. Na presença de um processo inflacionário, submetido a redução gradualista para não perturbar a marcha do desenvolvimento, o Ministro Delfim Neto instituiu em 1968 a taxa de câmbio flexível que representou inovação de utilidade incomparável.

Os resultados alcançados são por demais visíveis. Não comportam dúvidas quanto à capacidade brasileira de vencer impasses aparentemente insuperáveis. O Brasil abandonou celeremente a medíocre posição anterior a 1964, para ocupar posição digna de respeito no mercado internacional de compra e venda. Os nossos feitos entram em contradição flagrante com as teses da CEPAL, ainda válidas na maioria dos países latino-americanos. Em tudo isso, há algo estranhável: sendo um órgão de estudos dos problemas do desenvolvimento, a CEPAL deveria ter recolhido da experiência brasileira ensinamentos para disseminação por toda o subcontinente. Se o comércio exterior é o gargalo do desenvolvimento dos países latino-americanos, por que um centro de estudos do desenvolvimento não se dispõe a estudar e propagar a experiência brasileira?

APLAUSO COMO SUBORNO

Entre os obstáculos a essa disposição, o desmerecimento da ciência cepalista não é o único fator a ponderar. Na execução dos seus programas, a Comissão Econômica da ONU para a América Latina e seu complemento o ILPES Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, ambos com sede em Santiago do Chile, examinam e debatem problemas sócio-econômicos regionais onde estão embutidas antigas reivindicações das sociedades da área. Nesses estudos, os ideais de justiça social se mesclam com os esforços pela formulação de teorias que recomendem o uso de instrumentos adequados à industrialização acelerada. Com a industrialização e sua consequência obrigatória, a urbanização, estaremos mais longe das injustiças seculares do campo e mais perto do acesso das massas populares aos benefícios do progresso. Nos últimos quarenta anos, em toda a América Latina, os ideais de justiça social não encontraram amparo suficiente no progresso material das nossas sociedades. Isto é, o progresso verificado esteve aquém da quota necessária para permitir a incorporação

OS RESULTADOS ALCANÇADOS SÃO POR DEMAIS VISÍVEIS. NÃO COMPORTAM DÚVIDAS QUANTO À CAPACIDADE BRASILEIRA DE VENCER IMPASSES APARENTAMENTE INSUPERÁVEIS.

das massas populares no circuito da sociedade de consumo.

Não tendo sabido propor fórmulas capazes de superar o atraso em prazos curtos os cientistas sociais de esquerda, encastelados na CEPAL, não hesitariam em comprometer-se a fundo com os governos de Fidel Castro e Salvador Allende. Partiram ousadamente para a demolição de "estruturas sociais obsoletas", precipitando a distribuição de renda antes do enriquecimento nacional suficiente. O resultado palpável consiste na repetição em território chileno do drama que envolve a sociedade cubana. Desse modo, a esquerda cepalista, comprometida com duas experiências políticas desastrosas, não tem mais argumentos que salvem as aparências da apregoada posição política independente. Em busca do aplauso fácil, não hesitam os integrantes dessa corrente em usar e abusar de conhecidos chavões. Apresentam o capital estrangeiro como o pior dos males, encaram o Fundo Monetário Internacional como um portador de fórmulas contrárias ao nosso desenvolvimento e apontam os defensores da estabilidade monetária como seres alienados. A inflação chilena de 1 por cento ao dia em 1973 resultou da aplicação impensada de suas teses. Apesar dos resultados, não faltam aplausos a conferencistas que exponham a uma parcela da juventude universitária "verdades" contundentes.

Assim aclamados, os economistas de Santiago jamais poriam em risco as comendas do esquerdismo que varre o subcontinente. Grave risco seria considerar inovadores, altamente produtivos e dignos de estudo sério os instrumentos desenvolvimentistas utilizados desde 1964 pelos que vêm formulando a política econômica brasileira. O vício do aplauso impõe aos cepalistas o silêncio sobre os êxitos econômicos brasileiros dos últimos dez anos.

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS

O mercado internacional é limitado para bens primários, continua proclamando a CEPAL, apesar de o comércio exterior brasileiro informar o contrário. Quando os cientistas de Santiago reconhecem que as exportações de manufaturados representam as correntes dinâmicas do comércio mundial, logo se apressam a explicar que as nações latino-americanas delas estão excluídas. E apresentam razões.

a) Os custos altos das nossas indústrias, decorrência de escalas de produção insatisfatórias,

impedem-nos de atingir mercados disputados por competidores que têm custos baixos porque produzem em larga escala. O comércio de manufaturados ocorre principalmente entre nações metropolitanas, sendo um comércio que os ricos fazem entre si em benefício próprio; b) o parque industrial brasileiro está dominado por empresas de capitais estrangeiros, cujas decisões são tomadas a distância. Não permitiriam as matrizes que as subsidiárias no Brasil desorganizassem os seus esquemas internacionais de comercialização, montados precipuamente para atender aos excessos de capacidade produtiva das nações cêtricas. A utilização da capacidade ociosa da subsidiária, por meio da exportação, deslocaria do mercado mundial parcela inalienável de produção exportável da matriz.

Depois desse arrazoado, os cepalistas recomendam a modificação da estrutura das exportações por meio da nacionalização das empresas de capitais estrangeiros, nos moldes da política praticada no Chile, durante o funesto Governo de Allende.

Ficou mais uma vez evidenciada a irreverência brasileira diante desse outro dogma cepalista. Em 1963, dávamos estofa à tese, pois, não obstante a diversificação do nosso parque industrial, exportávamos manufaturados no valor de apenas US\$ 37 milhões. Diante disso, seria uma insensatez alimentar a esperança de uma saída pela estreita porta do comércio exterior. Mas eis que, em 1973, exportamos manufaturados no valor de US\$ 1.900 milhões (cinquenta vezes o montante anterior), ao passo que, em 1974, chegaremos provavelmente a US\$ 2.800 milhões, isto é, 70 vezes mais do que um ano anterior ao 31 de Março. Seria supérfluo dizer que as empresas de capitais estrangeiros dão contribuição notável à formação dessa receita de divisas. A experiência brasileira revogou o decreto cepalista contra o nosso ingresso nas correntes dinâmicas do comércio mundial. Apesar disso, os homens de Santiago insistem em desmerecer os resultados desse esforço, sem paralelo no Terceiro Mundo.

RESERVAS CAMBIAIS

Não seria necessário recorrer aos cepalistas para entender o grau de complexidade que apresenta o desenvolvimento econômico de um país que enfrente a estagnação da receita cambial, a pressão das importações e os déficits consecutivos no balanço de pagamentos, com todos os problemas resultantes: encarecimento das importações, perda do crédito externo, cessação do ingresso de capitais de risco e de emprésti-

mo. A recuperação e a expansão das economias da Europa Ocidental se fizeram acompanhar de crescimento das reservas, não obstante, também, inicialmente, de um acentuado incremento do endividamento externo, durante a década de 50. Indica a análise da evolução das reservas internacionais daqueles países uma relação estreita entre a disponibilidade ascendente de haveres líquidos no exterior e a expansão dos seus parques produtivos, a rápida melhoria dos padrões de vida dos seus povos e a sua influência marcante nos assuntos internacionais.

Na situação brasileira de 1963-64, os homens de Santiago, com a autoridade que lhes conferia o conhecimento da situação econômico-financeira do Brasil, poderiam ter vaticinado para o nosso país um futuro desalentador: industrialização estagnada ou regressiva em face de uma população crescendo aos milhões e produzindo desempregados na mesma escala. A situação de real penúria justificaria o vaticínio, porém os cepalistas preferiam antes cair sob o feitiço da "ascensão das massas em sua marcha para o poder". De modo que não parece impróprio duvidar da sua isenção científica quando propalam pelo resto do continente que "é falsa a solidez" da posição brasileira em matéria de reservas cambiais.

Em 1963-64, estávamos a zero quanto a haveres financeiros no exterior. Agora, dispomos da cifra máxima da nossa história econômica — mais de US\$ 6,3 bilhões. Sobre o fato, um cepalista fazia há algum tempo a advertência a seus leitores contra a suposição de que as nossas reservas cambiais tenham algum significado especial. Conforme essa fonte, a acumulação de recursos no exterior é anulada pela expansão do endividamento. Antes, os cepalistas, analisando a Europa Ocidental, explicavam a correlação entre reservas e endividamento como uma demonstração de confiança dos círculos financeiros internacionais no futuro dos países que se endividam porque têm crédito e têm crédito porque possuem reservas.

Fazendo uso do crédito para sua expansão econômica e aumento do seu potencial de exportação, o que acarreta modificações estruturais significativas, o Brasil se endivida ao mesmo tempo em que assiste ao incremento do volume de seus haveres no estrangeiro. A prosperidade interna interliga os dois fenômenos. Essa explanação era válida para a França, a Alemanha e o Japão, no decênio de 50, mas agora os cientistas sociais de esquerda alteram as regras do

18 Comércio Exterior — Gilberto Paim

EM 1963/64, ESTÁVAMOS A ZERO QUANTO A MAVERES FINANCEIROS NO EXTERIOR. AGORA, DISPONOS DA CIFRA MÁXIMA DA NOSSA HISTÓRIA ECONÔMICA: MAIS DE US\$ 6,3 BILHÕES

jogo justamente para negar que o Brasil tenha a possibilidade de desenvolver-se, amparado simultaneamente no uso do crédito externo e na acumulação de reservas cambiais.

Compare-se a situação atual com a de 1963, ano em que, com as reservas cambiais esgotadas, o Brasil exportou apenas US\$ 1.375 milhões, total comprometido em 40 por cento com a liquidação de compromissos financeiros externos, os quais equivaliam a mais de três anos de exportações. Em 1973 os valores exportados atingiram a cifra espetacular de US\$ 6,2 bilhões, marchando para US\$ 9 bilhões em 1974. Tal significa que em um ano as exportações e as reservas cambiais disponíveis superaram o endividamento externo.

Sabemos, portanto, que é falsa toda sublimação do poder que nos confere o montante das reservas cambiais, sobretudo diante do fato de que a dívida, em sua maior parte, se distribui por prazos muito longos.

ESTRANGULAMENTO EXTERNO

Fessaltamos, essencialmente, a superação do estrangulamento externo, que restringia e sufocava iniciativas ligadas à modernização ou ampliação do sistema econômico. Libertando o país do estrangulamento externo, definido como uma crise cambial perene, por sua vez expressa um penoso e quase sempre humilhante acerto periódico das contas externas, a Revolução de 64 extinguiu uma fonte de dependência, que tem manifestações tão variadas quanto a liberdade de ação econômica que hoje suaviza as nossas relações financeiras internacionais.

Na verdade, persistiu por mais tempo do que o desejável a receita cambial formada apenas por exportações de gêneros alimentícios e matérias-primas. Produtos como o café, cacau, algodão e outros bens primários, sujeitos a flutuações de preços no mercado externo, geram receita de câmbio que não é satisfatória nem mesmo a uma sociedade baseada na economia agrícola. No primado da economia industrial, aos produtos industrializados se deve atribuir uma responsabilidade crescente no equilíbrio do balanço de pagamentos. A perseguição desta linha, desde 1964, seria pura inconseqüência, se não viesse acompanhada de uma política de modernização e expansão, capaz de elevar a indústria a contribuir de modo firme para a obtenção de superávits nas contas internacionais. Inapreciáveis são os resultados, que abrangem a ampliação do crédito externo, o barateamento das importações, os juros mais baixos do mercado, o ingresso cres-

cente de investimentos diretos, selecionados pela sua capacidade de gerar divisas e, sobretudo, o poder de negociar com altivez, passando esponja nas humilhações que justificavam toda a teorização sobre a dependência externa.

A justiça da fixação dessa política se explicitaria pelo confronto já antes feito: em 1974, o valor dos manufaturados na exportação será 60 vezes maior do que em 1963, quando exportamos produtos da classe apenas no valor de ... US\$ 37 milhões. Ampliando sua receita cambial com o notável incremento das exportações de produtos industrializados, ganhou o país uma liberdade antes não conhecida, que se resume na capacidade de executar projetos de grande vulto sem o receio da impossibilidade de pagar pelos bens complementares ou pelas matérias-primas essenciais ao funcionamento do parque produtivo.

Surpreendidos pela superação brasileira do estrangulamento externo, problema que aflige a América Latina inteira, com exceção da Venezuela, os sociólogos e economistas de esquerda agora atacam a tecnologia importada como um grave perigo e defendem o uso de uma tecnologia ajustada ao nosso excedente de mão-de-obra. Seria obrigatório inquirir sobre os tipos de dependência em que incorreríamos, se adotássemos tecnologia antiquada para empregar mais mão-de-obra e menos capital, quando o fator capital começa a deixar de ser tão escasso. Desprezam esses teóricos considerações outras, inclusive a de que nenhuma economia que deixe de utilizar tecnologia sofisticada poderá pretender sua integração no mercado mundial. Se um dos nossos objetivos primários consiste em transformar uma posição devedora em posição credora no mercado financeiro externo, impõe-se que os manufaturados preponderem nas exportações nacionais, dando-nos uma participação ativa nas correntes mais dinâmicas do comércio mundial, o que será de todo impossível a uma economia que não utilize tecnologia moderna. O caminho sugerido pela tese esquerdista é o mais curto para um retorno ao estrangulamento externo, à dependência de manifestações múltiplas, superada justamente porque a indústria implantada no país, empregando recursos tecnológicos modernos, fala uma linguagem inteligível ao mercado internacional. O abandono da atual política de modernização industrial, que tem afinidade com a modernização que ocorre no mundo, tenderia a fechar o sistema econômico sobre si mesmo, a encerrar o país dentro de paredes que não lhe permitiriam resolver, sozinho, a prazo médio, os problemas que embarçam seu desenvolvimento. Falar de dependência tecnológica sem re-

conhecer o caráter instrumental da tecnologia moderna na superação da crise de câmbio perene não passaria, portanto, de um cacoele verbal. Seria inócua o cacoele esquerdista se ficasse restrito ao círculo que lhe deu origem.

Em suma, o estrangulamento externo, causa e efeito da desarticulação do sistema econômico consigo mesmo e com o resto do mundo, foi vencido com a ajuda substancial da tecnologia moderna, a qual favorece exportações crescentes de manufaturados. Alguns itens da nossa atual pauta exportadora revelariam o grau de sofisticação, por exemplo: exportamos máquinas para construção pesada, máquinas industriais, navios, tratores, elevadores, tratores, ônibus, jipes, aparelhos de teleimpressão, guindastes, motores, máquinas de escritório, equipamento para perfuração de poços e extração de petróleo, aparelhos de radiofonia e radiotelegrafia, etc. etc. Naturalmente, não é dispensável a exportação de óleos vegetais enlatados, mas é de tremenda importância a de cérebros para computadores eletrônicos, como ocorre, e isto significa que, sem o emprego de tecnologia moderna, não se pode aspirar a uma pauta dominada pelos itens cuja fabricação reclama essa tecnologia.

Finalizando, podemos afirmar que temos motivos bastantes para nos regozijarmos pelos feitos na área do comércio exterior. Mas nossas perspectivas são ainda muito amplas. Estamos longe de encontrar barreira intransponível, como nos indicam os vários países que exportam mais de trinta por cento do seu produto nacional bruto. As exportações brasileiras aproximam-se de 10% do PNB, cujo crescimento, na base de 10 a 12% ao ano, aumenta continuamente a capacidade exportadora.

Em conseqüência, nossa política de desenvolvimento se caracteriza pelas decisões tomadas à luz das vantagens comparativas do mercado internacional. No campo externo, selecionamos os prazos mais longos, os juros mais baixos, os produtos de melhor qualidade e os prazos de entrega mais curtos, tudo isso função das exportações ascendentes, que alimentam as reservas cambiais e nos dão um crédito internacional de horizonte amplo. Assim, conjugamos as vantagens de curto prazo na execução dos nossos projetos prioritários com as do longo prazo na liquidação dos compromissos financeiros externos deles resultantes. Quer isso dizer que amortizamos dívidas com os rendimentos gerados pelas unidades produtivas instaladas mediante o uso complementar de recursos externos, nos quais temos acesso porque o mundo exterior, bem analisando a nossa situação presente, confia na nossa futura capacidade de pagamento.

“ESPANTALHO DA NOITE”: A SIMBOLOGIA NO TRIÂNGULO CORDELESCO

Espantalho da noite, novo filme do compositor/cineasta Sérgio Ricardo, será lançado em abril vindouro nas principais capitais do país. Logo a seguir, ao ser enviado às cidades do interior terá um esquema inédito de divulgação: “Em cada praça em que a fita for exibida faremos um “show” de sua trilha sonora, eu e os músicos. Viajaremos o Brasil todo assim.” História de cordel sobre um triângulo amoroso — jagunço, vaqueiro e camponesa, os dois disputando o amor da mulher —, o quarto longameiragem de SR exigiu orçamento de Cr\$ 1 milhão 118 mil e está em fase de gravação. Entrevistado pelo crítico cinematográfico de POLITIKA, Alberto Silva, pelo pintor Sami Mattar e o poeta Heitor Humberto de Andrade, Sérgio Ricardo declarou-se satisfeito com o resultado obtido no filme, ressaltou o trabalho da atriz Rejane Medeiros, anunciou o envio da película ao Festival de Cannes ou Berlim e revelou que sua próxima meta é uma obra sobre tema indígena. O pensamento do artista — que não gosta de ser chamado cantor — vai a seguir.

REDUÇÃO MITOLÓGICA

ALBERTO SILVA — Qual a sinopse de Espantalho da noite!

SERGIO RICARDO — História de cordel sobre um triângulo amoroso — o jagunço, o vaqueiro e a camponesa, os dois primeiros disputando o amor da mulher e ela em dúvida sobre a escolha. Cada um dos personagens representa não só o linear da situação psicológica, mas toda uma redução mitológica da sua representatividade no meio: o jagunço simboliza a força do coronel e o poder do dragão (este último é um personagem cordelesco inscrito no filme); o vaqueiro representa a força do povo, o qual se situa no jogo das duas correntes. A história sintetiza uma ação dramática desenrolada desde a chegada dos personagens a Nova Jerusalém até o fim. É difícil contar a trama porque tudo é envolvido em simbologia e numa série de coisas abstratas específicas da imagem cinematográfica, difíceis de transformar em palavra.

SAMI MATTAR — Diria que não chega a ser um filme metafísico, mas de um surrealismo maravilhoso. Eu o assisti durante a montagem e, sem dúvida, é uma fita sensacional, feita com muito profissionalismo e bastante carinho.

LIDERANÇAS CRIADORAS

AS — É impossível dissociar sua atuação musical da cinematográfica. Você não acha que essa dispersão em mais de uma área pode trazer o prejuízo de não se realizar uma obra completa num campo específico? Ou seja, música e filme não confundem?

SR — Acho que não. No caso de Espantalho da noite, inclusive o filme é musical: misturei as duas coisas, e de repente verifiquei que minha música contém a imagem e meu cinema contém o som. Assumi ambas

as lideranças criadoras dentro da fita e me dei muito bem, segundo observo atualmente na sonorização. Acredite também que cinema e música não sejam incompatíveis, porque tanto uma como a outra arte têm muitas afinidades entre si. Os princípios artísticos que as regem são os mesmos.

SM — Isso é verdade: o filme constitui uma poesia. Há uma parte em que Zé do Cão e Tulão se defrontam em versos — é o chamado desafio, coisa muito nossa. Ai tudo se integra: poesia, música e cinema.

AS — Zé do Cão, pelo exposto, é um personagem muito interessante. Ele tem algum “parentesco” com os personagens mais vilais do cinema brasileiro.

SR — É um jagunço totalmente diferente: cavalga motocicleta e usa chapéu de romano. Pode ser considerado um dos três personagens de maior força dentro do filme.

AS — Você tem um curta metragem, O Menino da calça branca, de 1961, e quatro longas: Esse mundo é meu, de 1963; O Pássaro da aldeia, de 1965, realizado na Síria; Juliana do amor perdido, de 1969-70 e Espantalho da noite, de 1974. Pretende levar esse trabalho filmográfico adiante ou vai esquecê-lo para dar continuidade à obra musical?

SR — Pretendo levar o cinema

adiante porque nele estou me encontrando mais como artista. Não é que não me encontrasse na música, mas o cinema me dá mais condições de alcançar o voo que estou pretendendo. Também por estar na área filmográfica consegui levar o meu trabalho musical sem nenhuma preocupação do vínculo comercial existente hoje na função de divulgar a música. Com o filme a gente tem mais possibilidade de divulgar canções de outra forma, dentro das salas de espetáculos. A gente tem um produto enlatado para negociar mundialmente, sem tanto prejuízo da pessoa física. A fita leva a música aos quatro cantos do globo, além de passar em televisões e festivais internacionais.

“RECONHEÇO FALHAS”

AS — Seus quatro filmes auditados são muito desiguais entre si, ou seguem um lirismo que os alicerça e os aproxima!

SR — Existe realmente um lirismo atravessando todos eles. E como autor posso fazer essa autocrítica: há muitas falhas. Se não reconhecesse isso estaria descambando para uma autoapreciação exagerada e um envaidecimento que inclusive atrapalharia meu próprio processo de criação. Muitas falhas das fitas anteriores — sem querer transferir culpa nenhuma — residiram na produção. Outras resultaram de certos desentendimentos na equipe. O que sobra é um saldo positivo, que me encoraja a continuar fazendo filmes. Repito: em todos os quatro há uma soneira favorável.

vel de um conteúdo poético ou lírico que dá um elo unificante ao trabalho.

HEITOR HUMBERTO DE ANDRADE — Dib Luffi, seu irmão, é visto como um dos melhores fotógrafos nacionais, temível inclusive pela capacidade de "engolir" certos diretores. Você sentiu esse problema?

SR (rindo) — Não tenho problema de Dib me engolir, porque a verdade é que sou o irmão mais velho e em hipótese alguma posso admitir que meu irmão mais novo faça um atrevimento desse. Meu relacionamento com Dib é tranquilíssimo, embora eu reconheça ser ele um "cobra" em seu setor. No caso de *Espantinho da noite* as coisas se equilibraram, observadas minhas intenções.

AS — Você musicou filmes de grande relevo nacional. O que acha da atividade de compositor de trilhas sonoras? É rentável ou ainda um campo embrionário?

SR — Rentável não é. Tudo depende do nome que o compositor alcança em seu meio e da possibilidade orçamentária de cada filme. Mas diversas trilhas que fiz aconteceram uma coisa engraçada: cada uma levou um preço diferente, a depender do produtor. Realmente se eu tivesse que viver como músico de cinema seria impraticável. Ainda não existe no Brasil a possibilidade de pagar muito bem a um compositor de trilha sonora. Mas acho que é uma boa escola para um trabalho futuro. Antonio Carlos Jobim, por exemplo, considerado o nosso melhor músico, tem musicado muitos filmes nacionais e estrangeiros. Evidente que seu trabalho no Brasil é feito por camaradagem, a preço acessível à produção. Quando vai fazer trilha de filme externo cobra uma boa soma. (Também se ele não tivesse participado de películas brasileiras não teria adquirido cancha para fazer esses outros trabalhos externos). Em suma, é uma boa escola e vale para todo mundo.

CONDICÕES EXTREMOS

AS — Como cineasta, o que mais lhe preocupa? Os atores, a angulação da câmara, o tempo (quando se trata de exteriores) ou simplesmente confia em cada membro de sua equipe encarregado de suas respectivas funções?

SR — Para mim todo setor do cinema é importante, e merece cuidado levado a extremos. Em *Espantinho da noite* meu esmero foi total. O diretor depende muito do elemento humano congregado em torno de si para a realização do filme. Quando possível, ele deve possuir uma equipe heterogênea cujo grau de profissionalismo seja tão grande que dispense qualquer cuidado em relação à pessoa de cada um, especificamente. Então o cuidado é concentrado sobre o ritmo e sobre outras coisas eventualmente pifadas. O filme, durante a realização, ou caminha muito bem quando tudo vai indo muito bem, ou então se desmembrando em determinado pedaço desmembra quase a obra inteira. O cuidado deve envolver todo o trabalho.

AS — *Juliana do amor perdido* é seu melhor filme, excetuado *Espantinho da noite*?

SR — Não. Talvez prefira *Esse mundo é meu*. *Juliana do amor perdido* é o meu melhor filme em outro sentido: técnico, artesanal, de acabamento. Porque nele não pude me colocar inteiramente como gostaria, devido à realidade daquele momento. Foi uma película feita em substituição a esta realizada agora. Como nasceu às pressas, levou-me a considerar um único aspecto do meu trabalho, o lado poético e lírico, sem fazer em cima disso o desenvolvimento do material de *Espantinho da noite*, que já estava comigo desde os antigos trabalhos musicais.

HHA — Há dois anos, no lançamento de *Juliana do amor perdido*, perguntei-lhe se pretendia continuar dirigindo e você estava muito pessimista. Hoje apresenta um filme de um bilhão antigos e muito otimismo sobre as perspectivas do cinema nacional. Nós sabemos que há uma grande crise na produção e na exibição. Como vê a questão do retorno do capital para continuar realizando?

SR — Antes de tudo gostaria de discordar um pouco: estou otimista em relação ao filme acabado como criação, mas nunca quanto ao resultado financeiro. A questão levantada por você é exterior ao filme em si, ou seja, o problema econômico envolvendo outros problemas. Não estou

otimista em relação ao sistema econômico do cinema brasileiro. O fato de ter conseguido Cr\$ 1 milhão para fazer uma fita não quer dizer Cr\$ 1 milhão em dinheiro, mas em capital-trabalho. Eu, Dib, Otto não ganhamos um tostão nesse orçamento. Ao contrário, pagamos com o nosso trabalho. A Embrafilme emprestou uma parte, Plínio Pacheco efetuou seu levantamento paralelo etc. No fundo, dinheiro vivo mesmo não é possível saber quanto foi empregado.

SM — E o Festival de Cannes?

SR — Estão no Rio dois representantes dos Festivais de Cannes e Berlim. Mostrei-lhes *Espantinho da noite* e eles gostaram muito, interessando-se em levar o filme. O problema é que ambos viram a película ainda inacabada, e é possível que não esteja concluída no prazo exigido pela Embrafilme para entrega da cópia. Se eu conseguir apressar o trabalho de sonorização, talvez vá a Cannes. Do contrário, se a fita ainda não ficar pronta para Berlim, só resta mesmo Veneza.

COMO SURGE UM MOVIMENTO

AS — Está ocorrendo uma explosão de qualidade no alvorecer de 1974. Você atribui essa arrancada a algum fator?

SR — É um fenômeno mais ou menos parecido com o que já assistiu na Bossa Nova e no Cinema Novo. O espoucar de algo que posteriormente será chamado de movimento. (Por enquanto não tem qualquer aparência disso). É a coincidência histórica de um pensamento coletivo explodindo em determinado momento aqui e ali, apresentando certa dose de correspondência entre si e dando a entender que algo novo existe de forma coletiva. Ao encerrar a filmagem de *Espantinho da noite* pareceu-me ser uma pessoa trazendo uma novidade, mas logo verifiquei que outras pessoas estavam ao mesmo nível de percepção fílmica e linguagem. Ao invés disso me entristecer, por ter perdido o "ineditismo", fiquei alegre e curioso por constatar que as coisas não acontecem à toa. Elas estão aí mesmo, para se pegar; não sei que tipo de processo pode se desenvolver na mente humana, mas tenho a impressão que é fato científico, provado através do processo histórico, levando a mente a determinado ponto, on-

de uma pessoa não chega sozinha, mas junto a outras que estão pensando a mesma coisa. E, como a coisa às vezes é importante, se torna movimento. Surge, assim, relevante fato cultural dentro do trabalho coletivo.

HHA — O cinema brasileiro atual pode sofrer uma retomada de consciência e passar a ser um valor cultural dos mais significantes. Existe essa mesma possibilidade em outras áreas?

SR — Tenho um grave defeito: me especializo demais em meu trabalho. De sorte que conheço (restritamente) o campo da música-cinema. Em outros setores estou desatualizado. Mas o fato é que a coisa nunca caminha isolada. Se dentro do cinema-música existe uma retomada de consciência, nas outras artes isso já pode ter sido até antecipado. A insatisfação intelectual é muito grande e gera a necessidade de criação, de descoberta de novos valores e caminhos. Isso não interessa só ao compositor e ao cineasta, mas também ao pintor, escultor, escritor e outros artistas. O que acontece geralmente é que só explode uma transformação dentro da cultura nacional quando é anunciada pelo cinema e a música, conseqüente da facilidade que estes dois setores têm de penetração imediata junto ao público. E só então começam a despontar coisas de outras artes que muitas vezes já eram anteriores.

SM — Perfeito. As artes plásticas, por exemplo, enfrentam esse problema de divulgação, assim como a poesia e a literatura. O cinema e a música conseguem mais comunicabilidade porque dispõem de uma máquina a seu favor.

HHA — Essa desarticulação do sistema artístico não é uma falha da nossa vivência cultural?

SR — Acho que sim, porque o marginalismo colocado na música e no cinema não chega a afetar tanto ao criador dessas duas artes, porque ele consegue manter o interesse das empresas que exploram comercialmente seu trabalho.

CONCORRÊNCIA SAUDÁVEL

AS — Não vê a necessidade de mais laboratórios, além da Líder, para quebrar o monopólio e estabelecer a concorrência saudável?

SR — A pergunta é muito oportuna. O fato de haver uma única empresa dessas, suportando todo o mercado e sem concorrência, pode levar ao apodrecimento dentro do seu próprio sistema. Se você tem uma máquina de fazer dinheiro, e só você o faz, ninguém mais, você vai fazer quanto dinheiro quiser, com o papel que desejar, com a figura que quiser estampar no dinheiro, com o valor que você queira que tenha, e não vai se dar ao trabalho de ouvir comentários a respeito, porque você não tem concorrente e não tem com quem discutir. Então a Lider, no momento, não está interessada nem nesse nosso comentário. No dia em que pintar uma concorrente ela se preocupará.

AS — Aceitaria dirigir um longametragem em super-8? Isto é, aprova essa bitola a ponto de pretender um dia filmar com ela?

SR — Não. Se tenho possibilidade de fazer um filme com Cr\$ 1 milhão, deixar de realizá-lo para fazer em super-8 realmente é coisa difícil de entender. Se nossa preocupação fundamental dentro da arte é comunicar com as pessoas, mostrar o nosso trabalho, e a gente faz tudo para não mostrá-lo, existe um problema que é para sofá de analista. Se tenho possibilidade de criar um filme em 35mm, superscope, com Marlon Brando, sem fazer concessão nenhuma, e ao mesmo tempo posso fazer um super-8 com Joaquim da Silva, passado em Madureira e revelado no laboratório da casa do meu amigo, com qualidade fotográfica terrível, não vejo porque discutir. Agora, devo revelar o seguinte: filmaremos em super-8 a viagem que faremos a diversas cidades para o lançamento de *Espantinho da noite*. Em cada praça em que a película for exibida faremos um "show" da trilha sonora — eu e os músicos. Dib está disposto a ir comigo fazendo esse documentário.

Dib quer fazer uma experiência: ver se transcreve depois o super-8 para 35mm. Será uma coisa fantástica se conseguir. Nos Estados Unidos se faz esta ampliação com grande qualidade. Se isso pudesse ser feito no Brasil ajudaria muito. A possibilidade de todos seria muito grande. Co-

mo perspectiva para o cinema brasileiro, de todo mundo poder fazer o que deseja em condições econômicas acessíveis, acio o super-8 fabuloso.

ENCONTROS FESTIVOS

AS — O que acha dos festivais nacionais de cinema, como Gramado (RS), Santos (SP), Jornada Nacional de Curtametragem (BA) e Vida ao Super-8 (PR)? Esses certames espalhados em todo o país dão uma verdadeira contribuição ao cinema brasileiro, ou são meros encontros festivos?

SR — Vão correr sempre o risco de ser meros encontros festivos enquanto não houver um produto cultural brasileiro importante para ser mostrado ou enquanto não fizerem uma abertura artística. Até agora continuam apenas, ao nível da promoção turística para encher cinemas e agradar ao povo, como o Festival de Cannes, que hoje em dia é apenas uma espécie de Maracanzinho. Todo mundo vai lá, e não tem lugar porque os ingressos são caros e a burguesia já os comprou. O negócio é aplaudir filme americano feito à base de superprodução e do grande espetáculo dentifício (aquela coisa de com um pouco mais de kalamelano). Enquanto forem assim os festivais brasileiros não possuem interesse nenhum. Mas tenho a impressão de que no momento em que começarem a surgir os bons filmes, implantando uma moral, os festivais não vão poder recusá-los para prestigiar o mau cinema. A não ser que esses certames sejam realmente medíocres e não tenham qualquer intenção cultural, como acabaram virando os Festivais da Canção Popular.

AS — Temos bons críticos no cinema brasileiro? Como a crítica poderia ajudar o processo evolutivo do filme nacional?

SR — Não leio muito crítica de cinema. Nesse campo minha atuação se limita mais a fazer o filme, o que considero fascinante. Quando de-sejo saber algo sobre uma fita, peço a opinião dos amigos. Ocasionalmente, contudo, vejo alguma coisa de Eduardo Coutinho (crítico interno do "Jornal do Brasil") e de Jean-Claude Bernardet, co-autor do roteiro de *Espantinho da noite*. No mais, conhecer

a visão dos "Cahiers du Cinéma" sobre um filme de Buñuel, não creio que interesse, porque o cineasta transmite na fita seu pensamento integral, e não é preciso acompanhar a idéia de mais ninguém. Agora, o valor de uma crítica é inegável para orientar os consumidores do produto filmográfico.

AS — Nesse mister podem ser citados, ainda, Paulo Emilio Sales Gomes e Alex Viany, mas são críticos tão bons que simplesmente estão afastados da crítica diária, e mesmo da eventual, como Alex. Por outro lado, temos críticos fantasmas, ou colonistas descolunados, que anualmente respondem à lista dos Melhores do Ano da Cinemateca e pertencem ao Conselho de Cinema do MIS sem jamais escrever uma linha sequer em publicação alguma.

UNANIMIDADE QUEBRADA

AS — Há um consenso geral: faltam boas atrizes ao cinema brasileiro. Concorda?

SR — Concordava até *Espantinho da noite*, desculpem a imodéstia. Mas Rejane Medeiros é uma revolução para qualquer diretor: além de belíssima, pode ser muito maleável. Antes desse filme — e ela mesma o confessa — Rejane não tinha sido bem aproveitada. Não é que fosse fofinha, mas destaco Rejane nessa lixagem mais representativa do povo, meio índio e (não propriamente) meio negro. Ela é um desbunde: não pensei que fosse ficar tão bem no filme.

AS — E fotógrafos — excetuado seu irmão Dib Luffi — temos bons?

SR — É o setor em que o cinema brasileiro está melhor servido. Mário Carneiro é maravilhoso, Hélio Rosa e Escorel são excepcionais. Os fotógrafos nacionais formam um filme de primeira. Ricardo Aronovitch (embora não seja brasileiro) de certo modo foi mestre dessa escola.

AS — Há dois montadores em evidência, Sanleiro e Estrel. O Bra-

sil é bem atendido nessa faixa?

SR — Nunca trabalhei com eles, mas com Sílvio Renoldi, que preenche todas as minhas necessidades de montagem, e além disso é um grande criador, um sujeito intuitivo. Gosto de lidar com artistas mais intuitivos que racionais, a fim de poder — no caso específico de *Espantinho da noite* — transmitir a explosão do filme, sem muita racionalização. O racional está ligado a *Espantinho* de uma maneira direta, e foi preciso ter um montador com muita sensibilidade para colocar a coisa em sua medida certa. Porque verifico que o grande problema da montagem em certas películas é ser a coisa muito intelectual, fica muito dentro da moviola. Só o diretor e o montador conhecem suas pretensões: na tela a gente não sabe bem o que é. A humildade de Renoldi me dá completa liberdade para dizer: eu não conseguiria montar o filme sem ele.

SM — E a próxima fita? Porque *Espantinho da noite* já era. Arte é assim: você fez, dá por acabado e já parte para outra.

SR — Estou pensando muito em fazer um filme indígena, mas essa pretensão ainda está embrionária em minha cabeça. Vou ler muito a respeito, e talvez vivenciar experiência com uma tribo. Do contrário, não farei: quero elaborar um trabalho consciente.

AS — Ficha técnica de *Espantinho da noite*?

SR — Direção e música de Sérgio Ricardo, fotografia de Dib Luffi, guarda-roupa de Diva Pacheco, montagem de Sílvio Renoldi e Mário Muracami, assistência de direção de Cláudio Portioli, direção de produção de Nilson, roteiro de Jean-Claude Bernardet e Maurice Capovilla, letrados de Zivaldo, cartaz de Sami Mattar. Produtores, Zem Produções Cinematográficas, Embrafilme, Nova Jerusalém (Pernambuco), Plínio Pacheco e Otto Hengel. Cenário, Nova Jerusalém. Elenco, Rejane Medeiros, José Pimentel, Gilson Moura, Emanuel Cavalcanti, Alceu Valença, Geraldino Azevedo. Figuração de Fazenda Nova (os atores da Paixão de Cristo) e outra figuração composta heterogeneamente de elementos de lá e daqui, formando um coro.

Classe médica da Guanabara faz sua radiografia

A classe médica do Estado da Guanabara tem sido objeto das mais variadas interpretações — nem sempre as mais favoráveis —, regra geral a partir de uma perspectiva distanciada da realidade uma vez que se fundamentam em informações escassas ou incorretas.

O fato assume dimensão especial e não pode ser desprezado tendo em vista que a matéria tem origem em determinados setores dirigentes de entidades profissionais da medicina.

Compromete, dessa forma, e injustificadamente, a imagem dos que integram o setor de atividade responsável pela proteção e recuperação da saúde da população da cidade do Rio de Janeiro.

Daí porque, como fonte de esclarecimentos, entre outros motivos, merece maior destaque a pesquisa realizada pelo "Núcleo Integrado de Estudos dos Recursos Humanos para a Saúde" (NIERSH) sobre os profissionais do campo da saúde do Estado da Guanabara em 1970.

Trata-se de um trabalho de indiscutível seriedade, realizado por uma equipe de elevado padrão técnico, cujos resultados respondem às indagações dos estudiosos do problema.

O grupo em referência entendeu, acertadamente, que "o recurso humano, dado o seu número e qualidade, é que irá propiciar uma utilização adequada de instalações e equipamentos, contribuindo para a educação sanitária do povo e possibilitando o desenvolvimento da tecnologia e da ciência médica".

Nessa ordem de considerações foi tomado como ponto central "o estudo de algumas características do aparelho formador do setor saúde e dos profissionais, principalmente relativas a seu preparo, aperfeiçoamento e condições de permanente atualização de conhecimentos, além dos aspectos ligados a seu trabalho: especialidade, remuneração, entre outros".

O estudo abrangeu dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, médicos e veterinários, ou, em outras palavras, "o grupo nuclear dos profissionais de saúde".

O presente informe técnico destacou, seletivamente, dos resultados dessa pesquisa, os dados relativos à classe médica, formulando, em decorrência, algu-

mas conclusões que desfazem, por inteiro, certos mitos, ora consagrados pelas reiteradas afirmações, como verdadeiros dogmas.

TÉCNICA METODOLÓGICA

O grupo responsável pela pesquisa partiu do exame dos registros do Conselho Regional de Medicina (CREMEG), cujo total, depois de eliminados os casos de transferências ou morte, revelou a cifra de 12.984 médicos.

O contacto, pessoal ou pelo telefone, com os profissionais sorteados, concluiu, como primeira consequência do estudo, uma estimativa do número real de médicos radicados na Guanabara.

Ficou demonstrada, desde logo, a grande discrepância entre o número de registros no Conselho de Medicina e o número de médicos em atividade.

É assim que ficou patenteado que cerca de 25,3% não estavam em atividade no Rio de Janeiro, sendo 2,1% falecidos, 3,5% aposentados, 2,3% não exerciam a profissão e 17,4% não residiam no Rio ou em cidades próximas.

Elaborados e aplicados os questionários da pesquisa foram obtidas 447 respostas, o que representa 4,6% dos médicos efetivamente radicados na Guanabara.

De acordo com a técnica estatística, o tamanho da amostra em relação ao universo, fornece informações com margem de erro inferior a 2%.

Tomadas como básicas quatro características (idade cronológica, naturalidade, época e local de formatura) e comparados esses dados da população e da amostra, ficou demonstrada a inexistência de diferença estatisticamente significativa, o que implica em considerar como representativa a amostra obtida.

ESPECIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme os resultados da pesquisa, a estimativa do número de médicos em atividade na Guanabara, em 1970, não ultrapassa a cifra de 9.700.

Tais profissionais, distribuídos segundo as suas especialidades e levando em conta que muitos atuam em dois ramos da prática médica, podem ser agrupados como se segue:

1. Medicina Interna, com um contingente aproximado de 2.450 médicos.
2. Pediatria, Cirurgia geral e Ginecologia, com cerca de 1.350 médicos, cada especialidade.
3. Obstetrícia, Cardiologia e Psiquiatria, entre 800 e 900, cada.
4. Anestesiologia, com 500.
5. Patologia clínica, Gastroenterologia, Pneumotisiologia, Nutrição e Radiologia, entre 300 e 350, cada.
6. Otorrinolaringologia, Endocrinologia, Cirurgia vascular, Proctologia e Dermatologia, entre 200 e 280, cada.
7. Hematologia, Cirurgia plástica, Nefrologia, Saúde Pública, Oftalmologia, Alergia, Otropedia, Cirurgia cardíaca, cirurgia torácica, Reumatologia e Neurologia, entre 100 e 170 cada.

8. Anatomia patológica, Fisioterapia e reabilitação, Administração hospitalar, Angiologia, Cirurgia infantil, Geriatria, Medicina esportiva, Imunopatologia, Medicina nuclear, Perícia médica, Anatomia, Broncoesofagoscopia, Higiene escolar e Neurocirurgia, com menos de 80 médicos, cada especialidade.

ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

De cada quatro médicos em atividade na Guanabara, três possuem, pelo menos, um curso de pós-graduação, que traduz a preocupação de atualização permanente e aperfeiçoamento progressivo.

Tais cursos, cuja duração variaram de 3 meses a 3 anos, somaram a mais de 26.200, dos quais 13.400 foram realizados na década de 60, com a seguinte discriminação:

1. Pediatria e puericultura, mais de 2.000 cursos.
2. Cardiologia, cerca de 1.000 cursos.
3. Administração hospitalar, Ginecologia, Nutrição e Gastroenterologia, entre 800 e 900 cursos de cada especialidade.
4. Radiologia, Medicina de urgência e Endocrinologia, entre 650 e 740, de cada.

5. Saúde pública, Pneumotisiologia, Obstetrícia e Psiquiatria, entre 400 e 480, cada.

6. Anestesiologia, Cirurgia geral, Eletrocardiografia, Medicina interna e Medicina esportiva, entre 320 e 370, cada.

7. Medicina do trabalho, Oftalmologia, Ortopedia e traumatologia, Cirurgia plástica, Dermatologia, Patologia clínica, Psicoterapia, Proctologia e Psicologia, entre 210 e 250, cada.

8. Microbiologia, Doenças infecto-contagiosas, Neurocirurgia, Neurologia, Urologia, Cirurgia torácica, Alergia, Cirurgia cardíaca, Cirurgia infantil, Hipnologia e Radioterapia, entre 100 e 170, cada.

9. Bioestatística, Cancerologia, Geriatria, Anatomia, Cirurgia vascular, Hematologia, Imunologia, Medicina Nuclear, Medicina Psicossomática, Medicina social, Pedagogia médica e Perícia médica, entre 60 e 80, cada.

10. Angiologia, Bioquímica, Eletroencefalografia, Medicina aeroespacial, Anatomia patológica, Biofísica, Broncoesofagologia, Medicina da Previdência Social, Cirurgia das vias biliares, Deontologia, Embriologia, Nefrologia, Farmacologia, Genética, Higiene escolar, Homeopatia, Pesquisa médica e Terapêutica, menos de 40 cursos, cada especialidade.

Além disso, 1.570 concursos foram realizados para acesso à vida universitária, sendo 240 para cátedra, 610 para docência e 710 para doutoramento.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O salário proveniente de empresas estatais ou privadas constitui o fator predominante para a formação do rendimento de quase todos os médicos da Guanabara.

É assim que 77,5% de todos os médicos, isto é, cerca de 7.500 mantinham, em 1970, vínculo empregatício com instituições oficiais e 30,%, ou seja, pouco menos de 3.000 recebiam salários de empresas particulares.

Um pouco mais da metade dos médicos, precisamente 56,7%, em torno de 5.500 se referiam à prática da clínica privada, mas apenas 1.230 possuíam consultórios próprios isolados, pois os demais alugavam ou compartilhavam o seu local de trabalho com um colega ou atuavam em grupos ou associados a clínicas.

Dos que exerciam a clínica privada, seis entre dez afirmaram que o seu movimento de pacientes era inferior à sua capacidade de atendimento, o que equivale a dizer que reconheciam a existência de capacidade ociosa.

Confirmando tal situação o estudo verificou que apenas 3,1% dos médicos

da Guanabara (cerca de 300) “viviam unicamente com os proventos recebidos na clínica privada”.

Para complementar esse tipo de informação, acrescenta-se que 1.000 médicos exerciam atividades docentes, 500 desenvolviam atividades não profissionais e 1.500 usufruíam renda de capital.

NÍVEL ECONÔMICO

Tendo em vista que “as diversas tentativas feitas, no Brasil como no estrangeiro, para determinar o nível econômico de um determinado grupo social, têm demonstrado que são pouco produtivas as perguntas diretas sobre salários ou renda recebida”, o grupo responsável pela pesquisa procedeu ao estudo desse aspecto do problema através do emprego de método indireto, inquirindo sobre o patrimônio.

Nesse campo as principais informações obtidas podem ser resumidas como se segue:

— 72,7% dos médicos possuíam automóvel, sendo que 11,4% tinham dois carros e 0,7% tinham três.

— 71,1% dos médicos residiam em imóvel de sua propriedade, sendo que 45% dispunham de área superior a 100 metros quadrados e 25,7% moravam em casas construídas em centro de terreno e 52,3% moravam em apartamentos.

— 60,8% dos médicos eram proprietários de apartamentos sendo que 14,1% eram proprietários de dois desse tipo de imóvel, 4,5% de três e 4,5% de quatro e mais.

— 56,1% dos médicos possuíam títulos e ações.

— 38,7% dos médicos dispunham de aparelho de ar condicionado.

— 29,8% dos médicos eram proprietários de casas, sendo que 6,3% eram proprietários de duas casas, 0,9% de três e 1,9% de quatro e mais casas.

— 11,8% dos médicos eram proprietários de sítio ou terreno, sendo que 1,1% eram proprietários de dois e 0,4% de três terrenos e sítios.

— 8,1% dos médicos eram proprietários de loja, sendo que 1,1% eram proprietários de duas lojas e 0,4% de três.

— 1,8% dos médicos possuíam lancha e barco, sendo que 0,2% possuíam dois e 0,2% quatro e mais.

OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Numerosas outras características da classe médica da Guanabara foram pesquisadas, das quais, em aditamento, podem ser relacionadas as seguintes:

a) **Idade cronológica.** A idade média do médico da Guanabara, em 1970, era de 44 anos, com a seguinte distribuição: 10,7% com menos de 30 anos; 31,3% entre 30 e 40 anos; 22,6% entre 40 e 50 anos; e 35,4% com mais de 50 anos de idade.

b) **Naturalidade.** Apenas 35,8% dos médicos nasceram na Guanabara; 12% são naturais de Minas Gerais, 9% do Estado do Rio, 8% de São Paulo, 3,4% da Bahia, 3,2% de Pernambuco e 2,5% de cada um dos Estados do Pará, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

c) **Local de formatura.** A grande maioria dos médicos da Guanabara foi graduada nas Escolas da cidade do Rio de Janeiro: nada menos de 75,1%; formaram-se 8,6% no Estado do Rio, 3,3% na Bahia, 2,5% em Pernambuco, 2,1% em Minas Gerais, 1,4% no Pará, 1,2% no Rio Grande do Sul, 1,1% no Paraná.

d) **Sexo.** A quase totalidade dos médicos da Guanabara era constituída de elementos do sexo masculino: 91,1%.

e) **Época de formatura.** Cerca de 32,2% dos médicos da Guanabara tinham menos de 10 anos de formados; 26,5% entre 10 e 20 anos de formados; 19,5% entre 20 e 30 anos de graduados; 17,6% entre 30 e 40 anos; e 4,2% com mais de 40 anos de formados.

CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa realizada pelo Núcleo Integrado de Estudos dos Recursos Humanos para a Saúde autorizam, entre outras, as seguintes conclusões:

1. Os registros dos Conselhos Regionais de Medicina podem e devem ser utilizados como ponto de partida para a identificação das características quantitativas e qualitativas da classe médica.

2. O estudo realizado na Guanabara, objeto deste informe, poderá servir de modelo para outras áreas geográficas, observadas as exigências de natureza técnica.

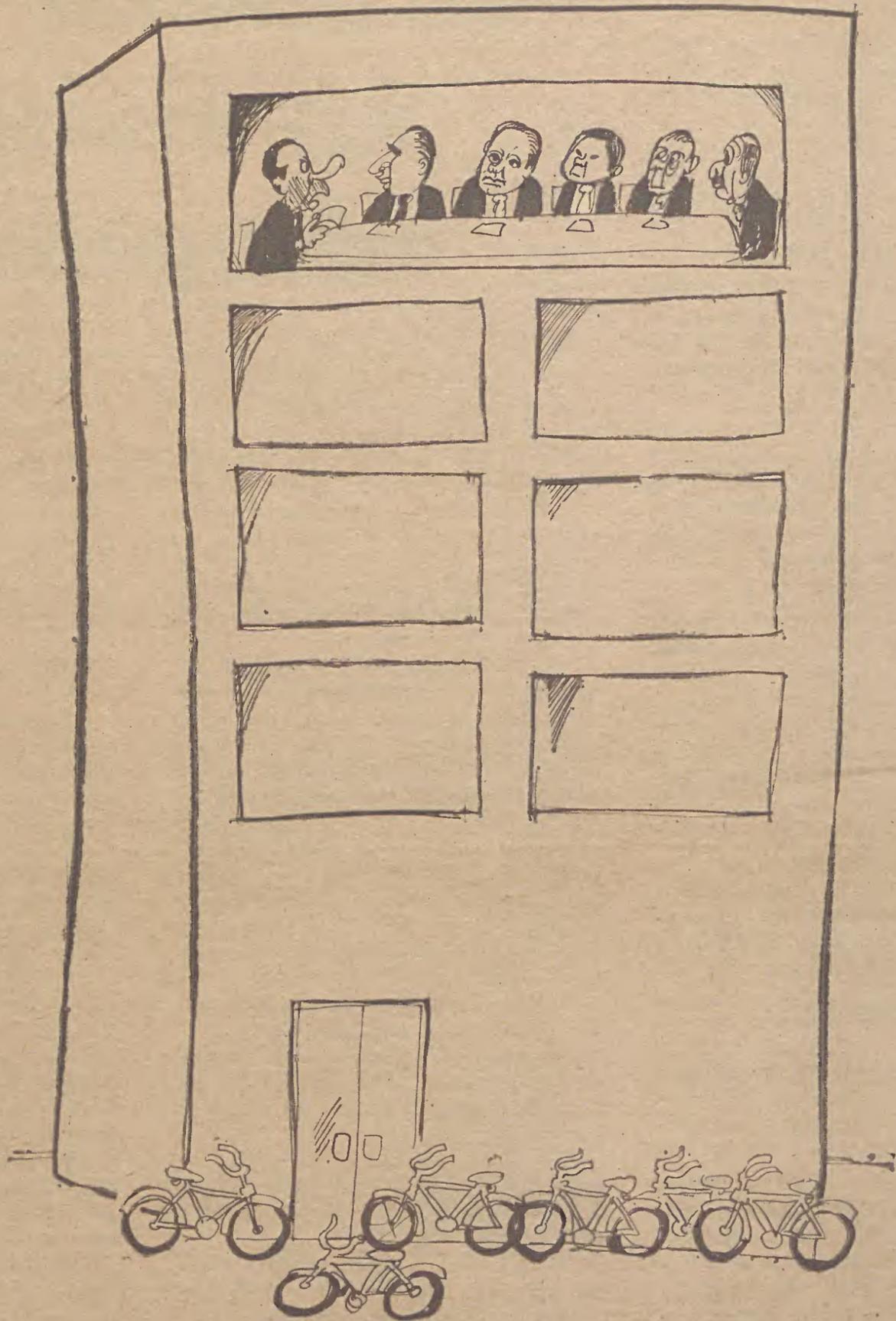
3. O total de médicos em atividade no Estado da Guanabara não ultrapassa a cifra de 9.700, inteiramente diversa da informação que serve de respaldo aos que afirmam que a cidade do Rio de Janeiro representa a maior concentração de médicos do mundo.

4. A medicina institucionalizada substitui, na Guanabara, a prática profissional com as características liberais prevalentes há quatro ou cinco décadas.

5. O apreciável volume de cursos de pós-graduação realizados pelos médicos da Guanabara desfazem, por inteiro, as reiteradas afirmações de que o regime empregatício representa desestímulo ao estudo e ao aperfeiçoamento profissional.

6. A situação econômica do médico da Guanabara, tendo em vista as informações a respeito do seu patrimônio, não pode ser considerada desfavorável, sem embargo das profundas alterações ocorridas no exercício da profissão e da apocada remuneração paga por muitos dos seus empregadores.

A CONFERÊNCIA SOBRE ENERGIA



POLITIKA

Diretor Responsável:

Enéas Resque

Editor de Textos:

Hélio C. Contreiras de Almeida

Direção e Redação:

Avenida Rio Branco, 133 — grupo 1.305
— Telefone: 232-1981

Colaboradores: Oliveira Bastos, Gilberto Paím, Murilo Marroquin, Benedito Conti-
nho, Edmar de Sousa, Wanderley Guillher-
me, Medeiros Lima, Gerardo Mello Mourão,
Philomena Gebran, Sebastião Kery, Everar-
do Guillhon.

Sucursais: São Paulo — Avenida 9 de Ju-

lio, 245 — 3.º andar — Tel: 34-1637 (Paulo Pereira).

Fortaleza: Avenida Visconde do Rio Branco,
1484 — Telefone 26-6837 (Dario Macedo).

Distribuição: Fernando Chingaglia S.A. —
Rua Teodoro da Silva, 907 — Grajaú — Rio
— GB.

Composição e Impressão: Editora de Revistas
e Publicações S/A. «ERICA», — Rua
Sotero dos Reis, 62.